

Manava Lucia e Ana Lamma

224

HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA

nos pode causar admiração o cuidado surpreendente da natureza nesse ponto; ela pinta duas pessoas num mesmo rosto e num mesmo corpo; o marido reconhece o retrato de sua mulher em seus filhos, e a mulher, o do marido. As vezes, descobre-se uma semelhança com o avô e com a avó, com um tio-avô ou com uma tia-avó". O que conta acima de tudo é a emoção despertada pela criança, a imagem viva de seus pais.

Ariès, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981 p. 225/2272

Philippe Ariès

21

- 228 PAGES -

História Social da Criança e da Família

Tradução de

P. 46

Aut - 596

Aut - 596

Aut

2
Da Família Medieval à Família Moderna

O estudo iconográfico do capítulo anterior mostrou-nos o novo lugar assumido pela família na vida sentimental dos séculos XVI e XVII. É significativo que nessa mesma época tenham ocorrido mudanças importantes na atitude da família para com a criança. A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança.

Um texto italiano do fim do século XV dá-nos uma idéia muito sugestiva da família medieval, ao menos na Inglaterra. Ele foi extraído pelo historiador inglês Furnival¹ de uma *Relação da Ilha da Inglaterra* de um italiano: "A falta de afeição dos ingleses manifesta-se particularmente em sua atitude com relação às suas crianças. Após

¹ *A Relation of the Island of England*, Camden Society, 1897, p. XIV, citado em *The Babes Books*, publicados por F. J. Furnival, Londres, 1868.

conservá-las em casa até a idade de sete ou nove anos (em nossos autôres antigos, sete anos era a idade em que os meninos deixavam as mulheres para ingressar na escola ou no mundo dos adultos), eles as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete a nove anos (portanto, até entre cerca de 14 e 18 anos). Elas são chamadas então de aprendizes. Durante esse tempo, desencumbem-se de todas as tarefas domésticas. Há poucos que evitam esse tratamento, pois todos, qualquer que seja sua fortuna, enviam assim suas crianças para casas alheias, enquanto recebem em seu próprio lar crianças estranhas". O italiano achava esse costume cruel, o que faz supor que fosse desconhecido ou tivesse sido esquecido em seu país. Ele insinua que os ingleses recorriam às crianças dos outros porque pensavam ser melhor servidos dessa maneira do que por seus próprios filhos. De fato, a explicação que os próprios ingleses davam ao observador italiano devia ser a verdadeira: "Para que suas crianças aprendam as boas maneiras".

Esse gênero de vida foi provavelmente comum ao Ocidente medieval. Já no século XII, G. Duby descreve a família de um cavaleiro natural do Mâconnais, chamado Guignonet, com base numa análise de seu testamento². Guignonet havia confiado seus dois filhos menores ao mais velho de seus três irmãos. Mais tarde, numerosos contratos de aprendizagem que confiavam crianças a mestres provam como o hábito de entregar as crianças a famílias estranhas era difundido. Às vezes, é especificado que o mestre deveria "ensinar" a criança e "mostrar-lhe os detalhes de sua mercadoria", ou que deveria "fazê-la frequentar a escola"³. São casos particulares. De um modo mais geral, a principal obrigação da criança assim confiada a um mestre era "servi-lo bem e devidamente". Quando examinamos esses contratos sem nos despojarmos de nossos hábitos de pensamento contemporâneos, hesitamos em decidir se a criança era colocada em casa alheia como aprendiz (no sentido moderno da palavra), como pensionista, ou como criado. Faríamos mal em insistir: nossas distinções são anacrônicas e o homem da Idade Média via aí apenas variações de uma noção essencial, a noção de serviço. O único serviço que durante muito tempo se pôde conceber, o serviço doméstico, não implicava nenhuma degradação e não despertava nenhuma repugnância. No século XV existia toda uma literatura em língua vulgar, francesa ou

² G. Duby, *op. cit.*, p. 425.

³ C. de Robillard de Beaurepaire, *Instruction publique en Normandie, 1872*, 3 vols. Ch. Clerval, *Les Ecoles de Chartres au Moyen Age*, 1895.

inglesa, que enumerava sob uma forma mnemotécnica os mandamentos de um bom servidor. Um desses poemas 'intitula-se em francês *Régime pour tous serviteurs*.

O equivalente inglês era o *waiting servant* - que permaneceu no inglês moderno com a palavra *waiter*, garçom. Esse servidor, é claro, devia saber servir à mesa, fazer as camas, acompanhar seu mestre, etc. Mas esse serviço doméstico compreendia também uma função a que hoje chamaríamos função de secretário. A lém disso, não era considerado um estado definitivo, e sim um estágio, um período de aprendizagem:

*Si tu veuls bon serviteur estre,
Craindre dois et aimer ton maistre
Manger dois sans seoir à table... **

(Seguem-se regras de boa apresentação.)

*Suys toujours bonne compaignie
Soit séculier ou clerc ou prestre ***

(Um clérigo podia servir na casa de outro clérigo.)

*Il le faut pour le bien servir
Se son amour veulz desservir
Laisser toute ta volonte
Pour ton maistre servir à grey.
Se tu sers maistre qui ayt femme
Bourgeoise, demoiselle ou dame
Son honneur doit partout garder...
Et se tu sers un clerc ou prestre
Gardes ne soyes vallet maistre...
S'il est que soyes secretaire
Tu dois toujours les secrets laire...
Se tu sers juge ou avocat
Ne rapportes nul nouveau cas
Et s'il t'advient par adventure
A servir duc ou prince ou comte
Marquis ou baron ou vicomte,
Ou autre seigneur terrien,
Ne soyes de taille, inventeur,
D'impôts, de subsides; et les biens
Du peuple ne leur oest en rien...
Se tu sers gentilhomme en guerre
Ne vas dérobbant nulle geni...
Et toujours, en quelque maison,*

* "Se quiseres ser um bom servidor, / Deves temer e amar teu mestre, / Deves comer sem te sentares à mesa..." (N. do T.)

** "Segue sempre a boa companhia, / Quer seja a de um secular, clérigo ou padre." (N. do T.)

*Ou quelque maistre que tu serves,
Fay se tu peulz que tu desserves
La grace et l'amour de ton maistre
Afin que tu puisses maistre estre
Quand il sera temps et métier.
Mais peine à scavoir bon mestier
Car pour ta vie pratiquer
Tout ton cœur y dois appliquer.
En se faisant tu pourras estre
Et devenir de vallet maistre
Et te pourras faire servir
Et pris et honneur desservir
Et acquérir finalement
De ton âme le sauvement. **

Assim, o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação. A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites entre a profissão e a vida particular; a participação na vida profissional – expressão bastante anacrônica, aliás – acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia aquela. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudessem possuir.

Assim, toda a educação se fazia através da aprendizagem, e dava-se a essa noção um sentido muito mais amplo do que o que ela adquiriu mais tarde. As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e comesçassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofi-

* Para bem servi-lo, / E se quiseses merecer seu amor, / Deves deixar toda a tua vontade / Para servir a teu mestre de bom grado. / Se servires a um mestre que tenha vontade / Burguesa, senhorita ou senhora, / Deves sempre guardar sua honra... / E se servires a um clérigo ou padre, / Cuidado para não seres um criado-amo... / Se fores secretário, / Deves sempre guardar os segredos... / Se servires a um juiz ou a um advogado, / Não contes nenhum caso novo, / E, se porventura te acontecer / Servires a um Duque, Príncipe ou Conde, / Marquês, Barão ou Visconde, / Ou outro senhor de terras, / Não inventes impostos e subsídios / E não roubes ninguém... / E sempre, em qualquer casa / Ou a um fidalgo na guerra, / Não roubes ninguém... / E sempre, em qualquer casa / Ou a qualquer mestre a quem sirvas, / Faz, se puderes, por merecer / A graça e o amor de teu mestre; / A fim de que possas ser mestre / Quando chegar o tempo. / Mas esforça-te para aprender um bom ofício, / Pois, para praticar tua vida, / Deves aplicar nela todo o teu coração. / Assim fazendo, poderás ser / E te tornar, de criado, mestre, / E poderás te fazer servir / E merecer prêmios e honras, / E finalmente obter / A salvação de tua alma." (N. do T.).

cio, ou mesmo para que freqüentassem uma escola e aprendessem as letras latinas. Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais. Apontamos acima uma ambigüidade entre o criado subalterno e o empregado de nível mais elevado, dentro da mesma noção de serviço doméstico. Uma ambigüidade semelhante existia entre a criança – ou o rapazinho – e o servidor. As coletâneas inglesas de poemas didáticos que ensinavam a cortesia aos servidores se intitulavam *Babees Books*. A palavra *valet* significava um menino pequeno, e Luís XIII criança, numa explosão de afeição, diria que gostaria muito de ser "o pequeno *valet* do papai". Na língua francesa dos séculos XVI e XVII, a palavra *garçon* designava ao mesmo tempo um rapazinho novo e um jovem servidor doméstico: foi conservada para interpelar os empregados que servem num restaurante. Mas mesmo quando, a partir dos séculos XV-XVI, começou-se a distinguir melhor dentro do serviço doméstico os serviços subalternos dos ofícios mais nobres, o serviço da mesa continuou a ser tarefa dos filhos de família e não dos empregados pagos. Para parecer bem educado, não bastava como hoje saber comportar-se à mesa: era preciso também saber servir à mesa. O serviço da mesa até o século XVIII ocupou um lugar considerável nos manuais de civilidade e nos tratados de boas maneiras: é o assunto de um capítulo inteiro do manual de civilidade cristã de J.-B. de La Salle, um dos livros mais populares do século XVIII. Tratava-se de uma sobrevivência do tempo em que todos os serviços domésticos eram realizados indiferentemente pelas crianças a quem chamaremos aprendizes, e por empregados pagos, provavelmente muito jovens também. A distinção entre essas duas categorias fez-se muito progressivamente. O servidor era uma criança, uma criança grande, quer estivesse colocada em casa alheia por um período limitado a fim de partilhar da vida familiar e assim se iniciar na vida adulta, quer não tivesse esperança de algum dia passar "de criado a mestre", pela obscuridade de sua origem.

Não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de uma geração a outra. De fato, a escola, a escola latina, que se destinava apenas aos clérigos, aos latinôfones, aparece como um caso isolado, reservado a uma categoria muito particular. E a escola era na realidade uma exceção, e o fato de mais tarde ela ter-se estendido a toda a sociedade não justifica descrever através dela a educação medieval: seria considerar a exceção como a regra. A regra comum a todos era a aprendizagem. Mesmo os clérigos que eram enviados à escola muitas vezes eram confiados – como os outros aprendizes – a um clérigo, um padre, às vezes a um prelado a quem passavam a servir. O serviço fazia tão parte da educação de um clérigo quanto a escola. No caso dos estudantes muito pobres, ele foi

substituído pelas bolsas dos colégios: vimos que essas fundações foram a origem dos colégios do *Ancien Régime*.

Houve casos em que a aprendizagem perdeu seu caráter empírico e assumiu uma forma mais pedagógica. Um exemplo curioso de ensino técnico oriundo da aprendizagem tradicional é fornecido pelo *Manuel du Veneur*. São descritas aí verdadeiras escolas de caça, na corte de Gaston Phoebus, onde se ensinava "maneiras e condições que devia ter aquele que desejava aprender a ser bom caçador". Esse manuscrito do século XV é ilustrado com bellíssimas miniaturas. Uma delas representa uma verdadeira aula: o mestre, um nobre (a julgar pelo traje), está com a mão direita erguida e o dedo indicador levantado — um gesto que serve para pontuar o discurso. Com a mão esquerda, ele agita um bastão, o sinal indubitável da autoridade magistral, o instrumento de correção. Três alunos, meninos ainda pequenos, estão lendo os grandes rolos que seguram com as mãos e devem aprender de cor: uma escola como outra qualquer. Ao fundo, alguns velhos caçadores observam. Uma cena semelhante representa uma lição de trompa: "Como se deve soprar a trompa". Eram coisas que se aprendiam com a prática, como a equitação, as armas e as maneiras dos cavaleiros. É possível que alguns tipos de ensino técnico, como o da escrita, se tenham originado de uma aprendizagem já organizada e escolarizada.

Contudo, esses casos foram excepcionais. De modo geral, a transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos. Assim se explica essa mistura de crianças e adultos que tantas vezes observamos ao longo deste estudo, até mesmo nas classes dos colégios, onde seria de esperar, ao contrário, uma distribuição mais homogênea das idades. Mas não se tinha a idéia dessa segregação das crianças, a que estamos tão habituados. As cenas da vida quotidiana constantemente reuniam crianças e adultos ocupados com seus ofícios como por exemplo, o pequeno aprendiz que prepara as cores do pintor⁶, ou a série de gravuras dos ofícios de Stradan, que nos mostra crianças em ateliês com companheiros mais velhos. O mesmo acontecia nos exércitos. Conhecemos casos de soldados de 14 anos! Mas o pequeno pajem que leva a manopla do Duque de Lesdiguières⁷, e os que levam o capacete de Adolf de Wignacourt na tela de Caravaggio que se encontra no Louvre, ou o do General del Vastone, no grande Ticiano do museu do Prado, também não são muito mais velhos: sua cabeça

5 "L'école des veneurs". Ms., Bibliothèque Nationale.

6 Conrad Manuel, museu de Berna.

7 Museu de Grenoble.

bate abaixo do ombro de seus senhores. Em suma, em toda a parte onde se trabalhava, e também em toda a parte onde se jogava ou brincava, mesmo nas tavernas mal-famadas, as crianças se misturavam aos adultos. Dessa maneira elas aprendiam a viver, através do contato de cada dia. Os agrupamentos sociais correspondiam a divisões verticais que reuniam classes de idade diferentes, como esses músicos das pinturas de concertos de câmara, que funcionam tanto como retratos de família quanto como alegorias das idades da vida, pois reúnem crianças, adultos e velhos.

Nessas condições, a criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia. A família não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a "casa" dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa (às vezes nem ao menos tinham uma casa, eram vagabundos sem eira nem beira, verdadeiros mendigos). Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem.

A partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta, mal percebida tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, e difícil de reconhecer. E, no entanto, o fato essencial é bastante evidente: a extensão da frequência escolar. Vimos que na Idade Média a educação das crianças era garantida pela aprendizagem junto aos adultos, e que, a partir de sete anos, as crianças viviam com uma outra família que não a sua. Dessa época em diante, ao contrário, a educação passou a ser fornecida cada vez mais pela escola. A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto. Já vimos como isso se deu. Essa evolução correspondeu a uma necessidade nova de rigor moral da parte dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na ino-

cência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos. Mas ela correspondeu também a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família. A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança. Esta não ficou porém desde o início junto com seus pais: deixava-os para ir a uma escola distante, embora no século XVII se discutissem as vantagens de se mandar a criança para o colégio e muitos defendessem a maior eficácia de uma educação em casa, com um preceptor. Mas o afastamento do escolar não tinha o mesmo caráter e não durava tanto quanto a separação do aprendiz. A criança geralmente não era interna no colégio. Morava num pensionato particular ou na casa do mestre. Nos dias de feira, traziam-lhe dinheiro e provisões. O laço entre o escolar e sua família se estreitava: segundo os diálogos de Cordier, era mesmo necessária a intervenção dos mestres para evitar visitas muito frequentes à família, visitas projetadas graças à cumplicidade das mães. Algumas crianças mais ricas não saíam de casa sozinhas; eram acompanhadas de um preceptor, um estudante mais velho, ou de um criado, quase sempre seu irmão de leite. Os tratados de educação do século XVII insistem nos deveres dos pais relativos à escolha do colégio e do preceptor, e à supervisão dos estudos, à repetição das lições, quando a criança vinha dormir em casa. O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.

De qualquer maneira, o afastamento que o pequeno número de colégios tornava inevitável não seria tolerado por muito tempo pelos pais. O esforço dos pais, secundados pelos magistrados urbanos, no sentido de multiplicar as escolas a fim de aproximá-las das famílias, é um sinal digno de nota. No início do século XVII, como mostrou o Pe. de Dainville⁸, criou-se uma rede muito densa de instituições escolares de importância diversa. Em torno de um colégio com a série completa de classes, estabelecia-se um sistema concêntrico formado por alguns poucos colégios de Humanidades (sem classe de filosofia) e de um maior número de escolas latinas (com apenas algumas classes de gramática). As escolas latinas forneciam alunos para as classes superiores dos colégios de Humanidades e dos colégios com a série

8 P. de Dainville, "Effectif des collèges", *Populations*, 1955, pp. 455-483.

completa de classes. Alguns contemporâneos inquietaram-se com essa proliferação das escolas. Ela correspondia ao mesmo tempo a essa necessidade de educação teórica, que substituiu as antigas formas práticas de aprendizagem, e ao desejo dos pais de não afastar muito as crianças, de mantê-las perto o mais tempo possível. Esse fenômeno comprova uma transformação considerável da família: esta se concentrou na criança, e sua vida confundiu-se com as relações cada vez mais sentimentais dos pais e dos filhos. Não será surpresa para nós descobrir que esse fenômeno situa-se no mesmo período em que vimos emergir e desenvolver-se uma iconografia da família em torno do casal e das crianças.

É verdade que essa escolarização, tão cheia de consequências para a formação do sentimento familiar, não foi imediatamente generalizada, ao contrário. Ela não afetou uma vasta parcela da população infantil, que continuou a ser educada segundo as antigas práticas de aprendizagem. Antes de mais nada, havia as meninas. Com exceção de algumas, que eram enviadas às "pequenas escolas" ou a conventos, a maioria era educada em casa, ou também na casa de outras pessoas, uma parenta ou vizinha. A extensão da escolaridade às meninas não se difundiria antes do século XVIII e início do XIX. Esforços como os de Mme de Maintenon e de Fénelon teriam um valor exemplar. Durante muito tempo, as meninas seriam educadas pela prática e pelo costume, mais do que pela escola, e muitas vezes em casas alheias.

No caso dos meninos, a escolarização estendeu-se primeiro à camada média da hierarquia social. A alta nobreza e os artesãos permaneceram ambos fiéis à antiga aprendizagem, fornecendo pajens aos grandes senhores e aprendizes aos diferentes artesãos. No mundo artesanal e operário, a aprendizagem subsistiria até nossos dias. As viagens à Itália e à Alemanha dos jovens nobres no fim de seus estudos ligavam-se também à antiga tradição: eles iam para cortes ou casas estranhas para aí aprender as línguas, as boas maneiras e os esportes da cavalaria. Esse costume caiu em desuso no século XVII, substituído pelas Academias: outro exemplo dessa substituição da educação prática por uma instrução mais especializada e mais teórica.

As sobrevivências da antiga aprendizagem nas duas extremidades da escala social não impediram seu declínio: a escola venceu, através da ampliação dos efetivos, do aumento do número de unidades escolares e de sua autoridade moral. Nossa civilização moderna, de base escolar, foi então definitivamente estabelecida. O tempo a consolidaria, prolongando e estendendo a escolaridade.

Os problemas morais da família apareceram então sob uma luz nova. Isso fica evidente no caso do antigo costume que permitia beneficiar apenas um dos filhos em detrimento dos irmãos, em geral o filho mais velho. Tudo indica⁹ que esse costume se difundiu no século XIII, para evitar o perigoso esfacelamento de um patrimônio cuja unidade não estava mais protegida pelas práticas de propriedade conjunta e solidariedade de linhagem, mas, ao contrário, era ameaçada por uma maior mobilidade da riqueza. O privilégio do filho, beneficiado por sua primogenitura ou pela escolha dos pais, foi a base da sociedade familiar do fim da Idade Média até o século XVII, mas não mais durante o século XVIII. De fato, a partir da segunda metade do século XVII, os moralistas educadores contestaram a legitimidade dessa prática, que, em sua opinião, prejudicava a equidade, repugnava a um sentimento novo de igualdade de direito à afeição familiar, e era acompanhada de uma utilização profana dos benefícios eclesiásticos – esses moralistas eram também reformadores religiosos. Um capítulo do tratado de Varet *De l'éducation des enfants*, publicado em 1666, trata da “igualdade que se deve manter entre as crianças”¹⁰. “Há uma outra desordem que se introduziu entre os filhos e que não fere menos a igualdade que os pais e as mães devem a seus filhos. Essa desordem se resume no fato de os pais pensarem apenas no estabelecimento daqueles que, pela condição de seu nascimento ou pelas qualidades de sua pessoa, lhes agradam mais.” (Eles lhes “agradavam” porque serviam melhor ao futuro da família. Trata-se da concepção de uma família como uma sociedade independente do sentimento pessoal, como uma “casa”.) “As pessoas temem que, se dividirem igualmente seus bens entre seus filhos, não possam aumentar como queriam o brilho e a glória da família. O filho mais velho não poderia nem possuir nem manter os encargos e os empregos que os pais lhe tentam obter se seus irmãos e irmãs tivessem as mesmas vantagens que ele. É preciso, portanto, pô-los em condições de não poder disputar esse direito com o mais velho. É preciso enviá-los aos claustros contra sua vontade e sacrificá-los logo aos interesses daquele que se destina ao mundo e à vaidade”. É curioso notar que a indignação provocada pelas falsas vocações e os privilégios do filho mais velho não está mais presente quando se trata do casamento: ninguém pensava em contestar o poder dos pais nessa questão.

O texto citado acima exprime uma opinião categórica. Em suas *Règles de l'éducation des enfants*¹¹, Coustel traduz, ao contrário, um

9 G. Duby, *op. cit.*

10 Varet, *De l'éducation des enfants*, 1661.

11 Coustel, *Règles de l'éducation des enfants*, 1687.

certo embaraço, e prefere cercar-se de todo o tipo de precauções para condenar uma prática antiga e difundida, e que parecia ligada à permanência da sociedade familiar. Ele admite que os pais tenham preferências: “Não é que os pais façam mal em amar mais aqueles de seus filhos que são mais virtuosos ou têm mais boas qualidades que os outros. Mas digo que pode ser perigoso manifestar de forma muito gritante essa distinção e essa preferência”.

O abade Goussault, em seu *Portrait d'un honnête homme* de 1692¹², é mais veemente: “Há não apenas vaidade em se doar a melhor parte dos bens ao filho mais velho da família, para mantê-lo sempre no luxo e eternizar seu nome (sentimos aqui perfeitamente a oposição entre a família-casa e a família sentimental moderna); há mesmo injustiça. Que fizeram os mais moços para serem tratados assim?” “Há pessoas que, a fim de estabelecer alguns de seus filhos num nível superior a seus próprios meios, sacrificam os outros e os encerram em mosteiros sem consultá-los a respeito e sem examinar se têm uma vocação real. Os pais não amam igualmente seus filhos e introduzem diferenças onde a natureza não quis fazê-lo.” Apesar de sua convicção, Goussault admite ainda, como uma concessão ao senso comum, que os pais “possam ter de fato mais amor por alguns de seus filhos”, mas “esse amor é um fogo que eles devem manter oculto sob as cinzas”.

Assistimos aqui ao início de um sentimento que resultaria na igualdade do código civil, e que, como sabemos, já havia penetrado nos costumes no fim do século XVIII. Os esforços para restabelecer os privilégios do mais velho no início do século XIX chocaram-se contra uma repugnância invencível da opinião pública: muito poucos chefes de família, mesmo nobres, utilizaram o direito que lhes era reconhecido pela lei de beneficiar apenas um dos filhos. Fourcassie cita uma carta de Villèle em que este se lamenta desse insucesso de sua política, e profetiza o fim da família¹³. Na realidade, esse respeito pela igualdade entre os filhos de uma família é uma prova de um movimento gradual da família-casa em direção à família sentimental moderna. Tendia-se agora a atribuir à afeição dos pais e dos filhos, sem dúvida tão antiga quanto o próprio mundo, um valor novo: passou-se a basear na afeição toda a realidade familiar. Os teóricos do início do século XIX, entre os quais Villèle, consideravam essa base demasiado frágil; eles preferiam a concepção de uma “casa” familiar, uma verdadeira empresa independente dos sentimentos particulares; haviam compreendido também que o sentimento da infância estava

12 Goussault, *Portrait d'un honnête homme*, 1692.

13 J. Fourcassie, *Villèle*, 1954.

na origem desse novo espírito familiar, do qual suspeitavam. Por essa razão, tentaram restaurar o direito da primogenitura, derrubando assim toda a tradição dos moralistas religiosos do *Ancien Régime*.

Observaremos aqui que o sentimento de igualdade entre as crianças pôde desenvolver-se num novo clima afetivo e moral graças a uma intimidade maior entre pais e filhos.

Parece-nos indicado comparar essas observações com um fenômeno cuja novidade e sentido moral foram sublinhados num processo de 1677¹⁴. Tolerava-se então o casamento dos mestres, mas continuava-se a proibir aos mestres casados o exercício de cargos universitários. Assim, em 1677, um professor casado foi eleito decano da Tribo de Paris. O candidato derrotado, o escrivão Du Boulay, apelou, e o caso foi entregue ao Conselho Privado. O advogado de Du Boulay apresentou numa memória as razões que se teriam para manter o celibato dos professores. Os mestres tinham o hábito de receber em casa pensionistas, e a virtude desses meninos poderia ser exposta a vários perigos: "Inconvenientes que acontecem com muita frequência devido à convivência que os mestres casados são obrigados a admitir entre os jovens que educam e suas mulheres, filhas e criadas. É impossível para eles impedir essa convivência, menos ainda aos pensionistas que vivem em sua casa do que aos externos. Os senhores comissários farão a gentileza de refletir sobre isto: sobre a indecência que há para os escolares em ver de um lado as roupas das mulheres e das meninas, e de outro, seus livros e suas escrivatinhas, e muitas vezes, todas essas coisas juntas; em ver mulheres e meninas penteando-se, vestindo-se, ajustando-se, crianças de cueiros em seus berços, e tudo o mais que é o apanágio do casamento".

A este último argumento, particularmente interessante para nosso estudo, o mestre casado responde: "O dito Du Boulay fala como se tivesse acabado de deixar a aldeia onde nasceu... Pois todos sabem que onde moram mulheres há quartos para elas, onde elas se vestem em sua privacidade (privacidade sem dúvida bastante recente, e limitada às grandes cidades), e há outros para os escolares". *Quanto às crianças de berço, não eram vistas nas habitações parisienses, pois eram todas entregues a amas*. "É sabido que as crianças são enviadas às casas das amas em alguma aldeia vizinha, de modo que em casa dos professores casados se vêem tão poucos berços e cueiros como no cartório do dito Du Boulay".

Esses textos parecem indicar que o costume de enviar as crianças para as casas das amas "numa aldeia vizinha" era comum nos meios

sociais urbanos como os dos mestres, mas que não era antigo, já que um dos querelantes podia fingir ignorá-lo. Esse costume ter-se-ia desenvolvido durante o século XVII, enquanto era denunciado pelos educadores moralistas que, muito antes de Rousseau, recomendavam que as mães nutrissem elas mesmas suas crianças. Mas sua opinião, tantas vezes eficaz, apoiava-se apenas em tradições convencionais que remontavam a Quintiliano. Ela não conseguiu prevalecer sobre um costume que certamente se apoiava na experiência e correspondia ao melhor tratamento da época. De fato, podemos imaginar as dificuldades provocadas pela alimentação e a criação dos bebês no caso de a mãe não ter leite. Recorrer ao leite de vaca? Esta era a sina dos pobres. O humanista Thomas Platter, para descrever toda a miséria de sua infância no início do século XVI, não encontra nada mais expressivo do que confessar que fora criado com leite de vaca. As condições de higiene da coleta do leite permitem compreender essa repugnância. Além disso, não era fácil administrá-lo às crianças: os recipientes estranhos que estão expostos nas vitrinas do museu da Faculdade de Farmácia de Paris, e que serviam de mamadeiras, deviam exigir muita habilidade e paciência. Pode-se compreender muito bem o recurso às amas-de-leite. Mas que amas-de-leite? Podemos supor que no início elas geralmente fossem criadas recrutadas na vizinhança, e que a criança amamentada permanecia em casa, onde era criada junto com as outras crianças. Tudo indica que nas famílias ricas do século XVI e do início do século XVII os lactentes eram mantidos em casa. Por que então, sobretudo nas famílias da pequena burguesia, como as dos mestres, dos oficiais modestos, se criou o hábito de enviar os bebês para o campo? Não devemos interpretar esse costume relativamente recente como uma medida de proteção, eu ousaria mesmo dizer de higiene, que deveria ser comparada com os outros fenômenos em que reconhecemos uma atenção particular com relação à criança?

De fato, apesar da propaganda dos filósofos, os meios ricos, nobres e burgueses, continuaram a entregar suas crianças a amas-de-leite até o fim do século XIX, ou seja, até o momento em que os progressos da higiene e da assepsia permitiram utilizar sem riscos o leite animal. Contudo, uma mudança significativa ocorreu nesse meio tempo: a ama passou a se deslocar, em lugar da criança, e passou a morar na casa da família, e a família passou a se recusar a separar-se dos bebês. Esse fenômeno é comparável ao da substituição do internato pelo externato, estudado num capítulo anterior.

14 H. Fenté, *Les Grades universitaires dans l'ancienne faculté des arts*, 1868.

A história aqui esboçada, sob um certo ponto de vista, surge como a história da emersão da família moderna acima de outras for-

mas de relações humanas que prejudicavam seu desenvolvimento. Quanto mais o homem vive na rua ou no meio de comunidades de trabalho, de festas, de orações, mais essas comunidades monopolizam não apenas seu tempo, mas também seu espírito, e menor é o lugar da família em sua sensibilidade. Ao contrário, se as relações de trabalho, de vizinhança, de parentesco pesam menos em sua consciência, se elas deixam de aliená-lo, o sentimento familiar substitui os outros sentimentos de fidelidade, de serviço, e torna-se preponderante ou, às vezes, exclusivo. Os progressos do sentimento da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. O sentimento da família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo. Por muito tempo, as condições da vida quotidiana não permitiram esse entranheamento necessário da família, longe do mundo exterior. Um dos obstáculos essenciais foi sem dúvida o afastamento das crianças, enviadas para outras casas como aprendizes, e sua substituição em sua própria casa por crianças estranhas. Mas a volta das crianças, graças à escola, e as consequências sentimentais desse fechamento da família não bastaram: estava-se aí muito longe ainda da família moderna e de sua forte vida interior: a antiga sociabilidade, incompatível com esse tipo de família, subsistia quase que integralmente. No século XVII, constituiu-se um equilíbrio entre as forças centrífugas – ou sociais – e centripetas – ou familiares – que não sobreviveria aos progressos da intimidade, consequência talvez dos progressos técnicos. Vimos nas páginas anteriores o despertar dessas forças centripetas. Observemos agora a resistência das forças centrífugas, a sobrevivência de uma sociabilidade compacta.

Os historiadores já insistiram na manutenção até muito tarde no século XVII de relações de dependência que antes haviam sido negligenciadas. A centralização monárquica de Richelieu e de Luís XIV foi mais política do que social. Se ela conseguiu reduzir os poderes políticos rivais da coroa, deixou intactas as influências sociais. A sociedade do século XVII na França era uma sociedade de clientelas hierarquizadas, em que os pequenos, os "particuliers" se uniam aos maiores¹⁵. A formação desses grupos implicava toda uma rede de contatos quotidianos, sensoriais.

Para nós, isso se traduz numa quantidade inimaginável de visitas, conversas, encontros e trocas. O êxito material, as convenções so-

15 A. Adam, *Histoire de la littérature française au XVII^e siècle*, t. I (1948), II (1951). R. Mousnier, "Soulèvements populaires avant la Fronde", *Rev. Hist. mod. et cont.* 1958, pp. 81-113.

ciais e os divertimentos sempre coletivos não se distinguiram como hoje em atividades separadas, assim como não existia separação entre a vida profissional, a vida privada e a vida mundana ou social. O essencial era manter as relações sociais com o conjunto do grupo onde se havia nascido, e elevar a própria posição através de um uso hábil dessa rede de relações. Ter êxito na vida não significava fazer fortuna ou obter uma situação – ou ao menos isso era secundário; significava antes de tudo obter uma posição mais honrosa numa sociedade em que todos os membros se viam, se ouviam e se encontravam quase todos os dias. Quando o tradutor francês de Laurens Gracian¹⁶ (1645) propõe que o futuro "Herói" escolha um "emprego plausível", ele não quer dizer com isso o que hoje chamaríamos de uma boa situação, e sim um emprego "que se execute às vistas de todo o mundo e para a satisfação de todos, sempre com a preocupação da reputação". A arte de fazer sucesso era a arte de ser agradável, "amável" em sociedade. Assim a concebia no século XVI o cortejo de Balthazar Castiglione¹⁷: "Essa é na minha opinião a maneira de cortejar mais conveniente ao fidalgo que vive na corte dos príncipes, através da qual ele pode servir perfeitamente em todas as questões razoáveis, a fim de obter o favor daqueles e o elogio dos outros". O futuro de um homem dependia unicamente da sua "reputação". "Parece-me que há outra coisa que dá e tira a reputação, é a eleição dos amigos com os quais se deve ter uma relação íntima." Em toda a literatura do século XVII, um lugar importante era reservado à amizade, à amizade que era uma relação social mais intensa que as outras. Dai a importância da conversação, ainda segundo o *Le Courtisan*: "Gostaria ainda de ouvir falar particularmente sobre a maneira de viver e conviver com os homens e as mulheres: coisa que me parece de grande importância, visto que, nas cortes, a maior parte do tempo é gasta nisso" – e não apenas nas cortes. Toda a literatura dita de "civilidade" do século XVII insistiria na importância da conversação, na necessidade de conhecer a arte da conversação, na conduta durante a conversação etc. Os conselhos desses manuais descem a detalhes incríveis¹⁸. "Peca-se também ao falar de muitas e diferentes maneiras, e, sobretudo, no assunto de que se trata." A conversação deve respeitar a conveniência. Os assuntos domésticos, familiares ou muito pessoais devem ser evitados: "Erram também aqueles que nunca têm nada na ponta da língua além de sua mulher, seus filhi-

16 L'Héros, de Laurens Gracien, fidalgo aragonês, 1645.

17 Balthazar Castiglione, *Le Courtisan*, trad. francesa de G. Chappuys, 1585.

18 G. Della Casa, *Galatée*, tradução francesa de Hamel, 1666.

nhos e sua ama: - Meu filhinho ontem me fez rir tanto. Jamais viestes uma criança mais engraçadinha do o que o meu menino. Minha mulher tem isto e aquilo..." Deve-se evitar a mentira auto-elogiosa (era a época do *Menteur* de Corneille). Ou ainda, segundo a *Civilité Nouvelle* de 1671¹⁹: "Observareis como primeiro ensinamento jamais discutir ou falar sobre coisas frívolas entre pessoas importantes e doutas, nem sobre questão ou assunto muito difícil entre pessoas que não possam entendê-los... Não faleis ao vosso grupo sobre coisas melancólicas como feridas, enfermidades, prisões, processos, guerra e morte" (o que é que sobrava?). "Não conteis vossos sonhos." "Não digais vossa opinião a não ser que vo-la peçam, mesmo que seiais o mais razoável." "Não vos intronetais em corrigir as imperfeições dos outros, tanto mais que isso cabe aos pais, mães e senhores." "Não faleis antes de ter pensado no que quereis dizer."

É preciso lembrar que essa arte da conversação não era uma arte menor como a dança ou o canto. O *Galatée*, esse livro de cabeceira do século XVII, sobre o qual Soré²⁰ dizia que "em algumas nações, quando se vê um homem cometer alguma incivildade, diz-se que ele não leu o *Galatée*"²¹, deixa bem claro que a conversação é uma *virtu-de*: "Começarei por aquilo que julgo necessário aprender para que uma pessoa seja considerada bem educada e agradavelmente fina ao conversar com as outras, algo que no entanto é uma *virtude*, ou muito se aproxima da *virtude*". O *Galatée* era lido nos colégios jesuítas. Em Port-Royal, mais tarde, Nicole se exprimiria da mesma forma em seu tratado *De la civilité chrétienne*²²: "Sendo portanto o amor dos homens tão necessário para nos manter, somos naturalmente levados a procurá-lo e obtê-lo". "Nós amamos ou fingimos amar os outros a fim de chamar sua atenção. Este é o fundamento da civilidade humana, que é apenas uma espécie de comércio do amor-próprio, no qual tentamos atrair o amor dos outros demonstrando-lhes afeição." As boas maneiras são para a caridade o que os gestos devotos são para a devoção. "A solidez de sua união (das gentes de bem) não depende apenas desses laços espirituais, mas também dessas outras coisas humanas que os preservam" - as boas maneiras e a arte de viver em sociedade. Se uma pessoa vive em sociedade, ela deve "forjar as oportunidades" e "fazer-se amar pelos homens".

Esse estado de espírito não era novo: remontava a uma concepção muito antiga da sociedade, na qual as comunicações eram asse-

19 *La Civilité nouvelle*, 1671.

20 Citado por M. Magendie, *La Politesse mondaine au XVII^e siècle*, 1925.

21 Cf. nota 18, deste capítulo.

22 Nicole, "De la civilité chrétienne", in *Essais de morale*, 1773, t. II, p. 116.

guradas menos pela escola do que pela prática, pela aprendizagem, na qual a escrita ainda não ocupava um lugar muito importante na vida quotidiana. É notável que esse estado de espírito tenha subsistido numa sociedade em que o desenvolvimento da escola indicava os progressos de uma mentalidade muito diferente. Essa ambigüidade entre a sociabilidade tradicional e a escolarização moderna foi muito bem sentida pelos contemporâneos, e sobretudo pelos educadores moralistas, muitos dos quais se situavam nas vizinhanças de Port-Royal. Quase todos esses moralistas se colocaram o problema de saber se a educação particular em casa valia mais do que a educação pública na escola. Na verdade, o problema era menos atual do que parece, pois já havia sido discutido por Quintiliano, o que lhe conferia a nobreza de um precedente. Mas os educadores moralistas discutiram o problema em função de suas circunstâncias e de sua época. Em *L'Honneste Garçon*, M. de Grenaille²³ expõe a questão da seguinte maneira: "Quanto a mim, não desejo em absoluto ofender a antigüidade com opiniões modernas, nem desaproveitar a organização dos Colégios, que tantos sábios aprovaram. Ouso dizer, ainda assim, que os Colégios são mais Academias vantajosas para o público do que instituições necessárias aos *particuliers*" (os nobres *particuliers*, ou seja, a pequena nobreza por oposição aos grandes senhores). Eles são um "meio tanto para os pobres como para os ricos de adquirir esses tesouros do espírito que outrora só podia alcançar quem possuísse muitos bens. Há várias crianças que, não podendo manter mestres em casa, se consideram muito afortunadas por se verem mantidas à custa do público, e por receberem gratuitamente a ciência que outrora tinha de ser comprada. Mas para aqueles a quem a fortuna e a natureza concederam todos os favores, considero que a instituição particular é mais vantajosa do que a pública. Essa opinião não é absolutamente nova, embora pareça ousada". A educação pública era desprezada porque se acreditava que as escolas estavam nas mãos dos pedantes: essa opinião era difundida na literatura, ao menos a partir de Montaigne, e certamente também na opinião pública. A grande evolução da escola não diminuiu o desprezo pelo mestre.

Havia outras razões para essa aversão à escola: a disciplina escolar era demasiado severa. O que diria M. de Grenaille dos colégios religiosos e dos liceus do século XIX! "Assim como em casa não se dá uma liberdade excessiva às crianças (porque elas nunca abandonam a companhia dos adultos), não é preciso tolhê-las a ponto de lhes prejudicar a autoconfiança." E M. de Grenaille acrescenta este

comentário, que deixa entrever a nostalgia de um tempo em que as crianças não eram separadas dos adultos: "Elas não são tratadas da mesma maneira que as outras". A escola ou bem corria o risco de corromper a criança através das más companhias, ou bem retardava sua maturidade afastando-a dos adultos, e M. de Grenaille considerava esse prolongamento da infância como um mal: "Mesmo que uma criança não fosse escandalizada por seus companheiros de escola, ela sempre aprenderia na escola mil puerilidades que seria difícil desaprender, e não seria menos difícil purificá-la das sujeiras do colégio do que preservá-la de seus vícios". Enfim, o principal defeito do colégio era o isolamento das crianças, que as separava de seu meio social natural. "Ela precisa aprender cedo como se deve agir tanto em sociedade como no estudo, e isso ela não pode aprender num lugar em que as pessoas pensam mais em viver com os mortos do que com os vivos, ou seja, mais com os livros do que com os homens." Este era o verdadeiro motivo de toda essa crítica: a repugnância que sentiam pela escola aqueles que permaneciam mais ou menos fiéis à antiga educação pela aprendizagem, um tipo de educação que mergulhava imediatamente a criança na sociedade e encarregava a sociedade de treiná-la a desempenhar seu papel, sem passar pela etapa intermediária da iniciação das sociedades formadas por classes de idades, ou da escola, nas sociedades técnicas modernas.

Essa seria ainda, cerca de 20 anos mais tarde, a opinião do Marchal de Caillière em *La Fortune des gens de qualité et des gentilshommes particuliers* (1661)²⁴. "Não basta conhecer a ciência ensinada no colégio; há outra ciência que nos ensina como devemos nos servir daquela..., uma ciência que não fala nem grego nem latim, mas que nos mostra como utilizar essas línguas. Encontramo-la nos palácios... entre os príncipes e os grandes senhores. Ela esconde-se também nas ruas de mulheres, deleita-se entre as gentes da guerra, e não despreza os comerciantes, os lavradores ou os artesãos. Ela tem por guia a prudência e, como doutrinas, as conversações e a experiência das coisas". As conversações e o hábito da sociedade "muitas vezes já formaram pessoas bem educadas sem o recurso às Letras. O mundo é um grande livro que está sempre nos instruindo, e as conversações são estudos vivos que nada devem aos livros... A convivência habitual de dois ou três espíritos inteligentes pode nos ser mais útil do que todos os pedantes das universidades juntos... Eles

24 Marchal de Caillière, *La Fortune des gens de qualité...*, 1661.

produzem mais matéria em uma hora do que poderíamos ler numa biblioteca em três dias. A ação e a expressão da face têm algo de encantador que imprime intensamente aquilo que o discurso pretende infundir".

No fim do século XVII, o abade Bodelon²⁵ (1692) ainda era da mesma opinião: "Instruí as crianças mais para o mundo do que para a escola". O fruto de uma *Bela Educação* – assim se chamava o seu livro – não deveria nunca parecer com este pedante:

*C'est homme est un original
Et sa doctrine est sans seconde;
Il a de Perse et Juvénal
De Catulle et de Marcial
Une intelligence profonde.
Il entend tout hormi le monde.* *

Vemos, portanto, que ao longo de todo o século XVII existiu uma corrente de opinião hostil à escola. Poderemos compreendê-la melhor se nos lembrarmos o quanto a escola era um fenômeno recente. Esses moralistas, que haviam compreendido a importância da educação, durante tanto tempo ignorada e ainda mal percebida por seus contemporâneos, não perceberam bem o papel que a escola podia desempenhar e já havia desempenhado no treinamento das crianças.

Alguns, especialmente os que eram ligados a Port-Royal, tentaram conciliar os benefícios da escola, que reconheciam, com os da educação doméstica. Em suas *Règles de l'éducation des enfants*²⁶ de 1687, Coustel analisa o problema mais de perto, e pesa os prós e os contras. Se as crianças são criadas em casa, os pais velam melhor por sua saúde (esta também é uma preocupação nova), e "elas aprendem mais facilmente a civilidade" através do convívio social. "Insensivelmente, as crianças se formam nos deveres da vida civil e na maneira de agir das pessoas bem educadas". Mas há inconvenientes: "É difícil determinar a hora dos estudos, pois a hora das refeições, da qual dependem os estudos, não pode ser fixada por causa dos negócios e das visitas que aparecem e que muitas vezes não se podem prever nem evitar". É importante notar a frequência dessas visitas, ao mesmo

25 Bodelon, *La Belle Éducation*, 1694.

* "Este homem é um original, /E sua doutrina não tem igual; /De Pérsio e Juvenal, /De Catulo e Marcial, /Ele possui um conhecimento profundo, /Ele entende de tudo, /menos do mundo..."

26 C. Coustel, *Règles de l'éducation des enfants*, 1687.

tempo cordiais e profissionais. As crianças correm também o risco de ser demasiadamente mimadas pelos pais. Enfim, elas ficam expostas às "complacências e bajulações dos criados, aos discursos licenciosos e às tolices dos laiaos estranhos, que nem sempre podem ser afastados delas". Ah! a temível promiscuidade dos criados – mesmo os piores adversários da escola reconheciam que este era um argumento poderoso em seu favor. Assim, De Grenaille admite que os pais "são obrigados a enviar seus filhos aos colégios, preferindo que eles fiquem numa classe a permanecerem numa cozinha".

Coustel reconhece, aliás, que a discussão é de caráter teórico, pois, em sua época, todos os meninos eram enviados ao colégio. "O costume mais geralmente aceito na educação das crianças é colocá-las em colégios." Essas instituições têm suas vantagens: as crianças "fazem aí conhecimentos e amizades vantajosas, que muitas vezes duram até o fim da vida". Elas aproveitam também os benefícios da emulação: "As crianças adquirem aí a coragem louvável de falar em público sem empalidecer à vista dos homens, o que é absolutamente necessário àqueles que devem assumir cargos importantes". "A educação particular" acentua a timidez. Observaremos que as vantagens reconhecidas dos colégios quase não se referiam ao nível de instrução; elas permaneciam sociais, "civis", como se diria na época.

Mas os colégios também tinham inconvenientes. Sabemos que as classes eram muito numerosas, muitas vezes contendo mais de 100 alunos. Para Coustel, "a enorme multidão de alunos não é um obstáculo menor para seu avanço nos estudos do que para os bons costumes". O que já sabemos sobre as classes superpovoadas e sobre a turbulência dos alunos nos permite compreender melhor as inquietações de Coustel. "Assim que põem os pés nesse tipo de lugar, as crianças não tardam a perder a inocência, a simplicidade e a modéstia que as tornavam tão amáveis a Deus como aos homens."

Havia uma solução, que já fora entrevistada por Erasmo: "Colocar cinco ou seis crianças com um ou dois homens de bem numa casa particular". Observamos que essa fórmula foi adotada em Portugal nas célebres "pequenas escolas", célebres ainda que efêmeras. Encontramo-la também nas numerosas pensões particulares que se criaram no fim do século XVII e ao longo do século XVIII.

Com raras exceções, os educadores moralistas são um tanto reticentes com relação ao colégio. Um historiador que se contentasse com seu testemunho poderia deduzir legitimamente que a opinião pública era hostil às formas escolares de educação, quando na reali-

dade, como vimos, havia uma imensa procura de colégios, todos superpovoados. Os teóricos nem sempre fornecem o melhor reflexo de sua época.

Contudo, essa oposição não era aberrante: ela pode ser explicada pela importância que a aprendizagem e o convívio social ainda conservavam, apesar dos progressos da escolarização. Na vida de todos os dias, as pessoas souberam melhor do que nos escritos dos educadores moralistas conciliar a escola e a civilidade. A primeira não banuiu a segunda. Ao lado da educação através da escola, subsistiu uma educação através do mundo, que também se aperfeiçoou durante o século XVII. Nós nos deteremos neste ponto por um momento.

A palavra "civil" era quase sinônimo de nosso "social" moderno: um ser civil era um ser social. A palavra "civilidade" corresponderia aproximadamente ao que hoje entenderíamos por "conhecimento da sociedade", mas a correspondência já é menos perfeita. De fato, nos séculos XVI e XVII, a civilidade era a soma dos conhecimentos práticos necessários para se viver em sociedade, e que não se aprendia na escola. Sob o nome mais antigo de *courtisise*, a civilidade já existia numa época em que a escolaridade era reservada unicamente aos clérigos.

As origens da literatura sobre a civilidade, tal como existiu do século XVI ao XVII sem grandes mudanças, são bastante complexas. Elas se ligam a três gêneros muito antigos. Primeiro, aos tratados de cortesia propriamente dita. Muitos desses tratados foram redigidos nos séculos XIV e XV em francês, inglês, italiano e mesmo em latim. Dirigiam-se a todos, a clérigos como a leigos, aos que liam latim como aos que só falavam as línguas vulgares. Em *Zinquanta Cortesie da Tavola*,²⁸ podemos ler: "*La prima è questa: le Benedicite. La cortesia seconda: debes lavar as mãos. La terza cortesia: espera para te sentares até que te convidem. A décima terceira: aquele que serve à mesa deve estar limpo e não deve escarrar nem fazer outra sujeira diante dos convivas.*"

Em francês, havia o livro *Comment se tenir à table*: em latim, *Stans puer ad mensam*. Esses livros dirigiam-se às crianças e aos jovens. Em inglês, esses tratados eram designados sob o nome de *Babes Books*.²⁹ ensinavam a falar corretamente, a cumprimentar, a dobrar o joelho diante do senhor, a não se sentar sem ter sido convidado, a responder às perguntas. "Corta as unhas com frequência e lava as mãos antes do jantar. Quando tirares uma porção de comida

27 De Grenaille, *op. cit.*

28. Fra Bonvenisco Ripa, *Zinquanta Cortesie da Tavola*, circa 1922.

29. Babes Books, *op. cit.*

da boca, não a recoloques mais no prato... Não limpes os dentes com a ponta da faca... Não cozes as mãos nem os braços... Não escarres quando estiveres à mesa... Não enroles a toalha... Mantém diante de ti teu prato limpo. Não cochiles à mesa... Presta atenção para não arrotares..." Esses conselhos práticos em geral eram ritmados em versos de má qualidade. Na Idade Média, eles se dirigiam também às mulheres. O *Roman de la Rose* é em parte um tratado de cortesia: recomenda às mulheres o uso de uma espécie de corpete (sem barbatanas de osso ou metal), dá-lhes conselhos sobre a toalete, os cuidados íntimos e a limpeza da "casa de Vênus", que devia ser mantida raspada. Mais tarde, os tratados de civilidade não mencionariam mais as mulheres, como se seu papel se tivesse enfraquecido no final da Idade Média e início dos tempos modernos.

A segunda fonte dos tratados de civilidade foram as regras de moral comum contidas numa coletânea de adágios latinos atribuída na Idade Média a Catão o Antigo, os dísticos de Catão. O *Roman de la Rose* cita-os como uma referência: "Esta é também a opinião de Catão, se te lembres de seu livro". Os dísticos de Catão foram lidos durante vários séculos, e ainda eram reeditados no século XVIII³⁰. Eles ensinavam o leitor a conter a própria língua, a desconfiar das mulheres (inclusive a própria), a não contar com heranças, a não temer a morte, a não se preocupar se alguém do grupo falasse em voz baixa (e, nesse caso, não imaginar que se estava falando da própria pessoa), a dar um ofício aos filhos, a moderar a cólera contra os servidores, a esconder os próprios erros (pois a dissimulação valia mais do que a má reputação), a não praticar a adivinhação e a feitiçaria, não falar dos próprios sonhos nem se preocupar com eles, escolher bem sua mulher, evitar a gula (sobretudo quando esta acompanhava o "vergonhoso desejo de amor"), não zombar dos velhos, evitar ser um marido complacente etc. Esses conselhos se ligavam ao que hoje considerariamos uma moral de extrema banalidade, um conformismo social ou um bom senso grosseiro: o que se deve e o que não se deve fazer em todas as áreas – nas relações de um homem com sua mulher, seus criados, seus amigos, bem como na conversação ou na conduta à mesa – tudo misturado e no mesmo nível. Nada disso parece muito importante, segundo nossa óptica moderna. Mas nesses conselhos, em que vemos a pressão de convenções sociais triviais, nossos ancestrais reconheciam os mandamentos da vida em comum, guardiães dos verdadeiros valores.

A terceira fonte dos tratados de civilidade foram as artes de agradar ou as artes de amar – a *Ars amatoria* de Ovídio, o *De Amore* de André le Chapelain, os *Documenti d'amore* de Francisco de Barbe-

30. Pseudo-Catão. *Disticha de moribus*.

rini, e os manuais de amor do século XVI. O *Roman de la Rose* é um modelo do gênero. Ele ensina que se deve evitar o ciúme, que o marido não é senhor de sua mulher (isso mudaria mais tarde), que o amante deve instruir-se nas ciências e nas artes de agradar à sua amiga, que não deve repreendê-la, procura ler suas cartas ou surpreender seus segredos. De maneira geral, ensina que também se deve fugir à vilania, que não se deve mal dizer, que se deve fazer saudações e responder a elas, não dizer grosseiras, evitar o orgulho, ser bem apessoado e elegante, alegre e contente, generoso, e que se deve colocar o coração num único lugar... São receitas para ganhar a simpatia das mulheres e de todos os companheiros de uma vida em que nunca se estava sozinho, mas sempre no meio de uma sociedade numerosa e exigente.

Os tratados de cortesia, as regras de moral e as artes de amar concorriam para um mesmo resultado: iniciar o rapaz (e às vezes a dama) na vida em sociedade, a única conveniente fora dos claustros, uma vida em que tudo – tanto as coisas sérias como os jogos – se passava através dos contatos humanos e das conversações.

No século XVI, essa literatura medieval complexa e farta iria transformar-se e simplificar-se. Dela se originariam dois gêneros, próximos no fundo, mas diferentes na forma: as "civilidades" e os "cortesãos", ou tratados sobre a arte de fazer sucesso na vida.

O primeiro manual de civilidade foi o de Erasmo, que fundou o gênero. Todos os manuais posteriores, e houve muitos, nele se inspiraram ou o imitaram servilmente. Os nomes mais notáveis talvez sejam os de Cordier, Antoine de Courtin, e, finalmente, Jean-Baptiste de La Salle, cujas *Règles de la bienséance et de la civilité chrétienne* seriam reeditadas um número infinito de vezes no século XVIII e até mesmo no início do século XIX.

O tratado de civilidade não era um livro escolar, mas satisfazia uma necessidade de educação mais rigorosa do que a mixórdia dos antigos livros de cortesia ou dos ensinamentos do pseudo-Catão. As circunstâncias – os progressos da escolarização – fizeram com que, embora estranho à escola, e transmitindo regras de conduta não escolares e mal escolarizáveis, o manual de civilidade fosse associado ao ensino das crianças pequenas, a suas primeiras lições de leitura e escrita. Aprenda-se a ler e a escrever nesses manuais de civilidade. Por isso mesmo, eles eram impressos em vários caracteres, todos os caracteres conhecidos de uma técnica tipográfica bastante complicada: havia caracteres romanos, itálicos e góticos, mas havia também caracteres manuscritos, que eram impressos apenas nesse tipo de livro, e por isso eram chamados de "caracteres de civilidade". Essa destinação pedagógica dava aos manuais de civilidade uma apresentação tipográfica pitoresca. Algumas vezes, também, o texto era im-

presso em várias línguas, em colunas verticais, cada uma num tipo diferente: francês e latim, mas também italiano, espanhol e alemão (jamais o inglês, língua de pequena audiência e pouco valor cultural na época). Os manuais ensinavam as línguas vivas que não eram lecionadas no colégio.

No entanto, esses livros não se destinavam apenas às crianças. O manual de Antoine de Courtin, dirigia-se "não apenas às pessoas que têm filhos, mas também àquelas que, embora de idade avançada, não foram contudo instruídas na polidez e na decência o suficiente para poder observá-las em sociedade"³¹. A leitora do quadro de Grimoux do museu dos Augustins de Tolouse já é uma moçinha: podemos distinguir muito bem os "caracteres de civilidade" do livro que ela seguira. Os assuntos tratados nem sempre pertenciam à literatura infantil; muitas vezes eram assuntos adultos, conselhos sobre como tratar a mulher e os criados, ou sobre como envelhecer sabiamente. Encontramos aí ao mesmo tempo elementos de conduta infantil e conselhos morais, que hoje julgáramos inacessíveis às crianças. Isso se explica pelas origens dos manuais de civilidade, que eram, em suma, registros dos costumes da aprendizagem, ainda muito influenciados pelos hábitos de uma época em que não se dosava a matéria transmitida às crianças, e em que estas eram logo completamente mergulhadas na sociedade: tudo lhes era dado desde o início. As crianças misturavam-se imediatamente aos adultos.

Já nos referimos muitas vezes a esses manuais de civilidade. Um deles, o *Galatée*, teve um público extraordinário durante a primeira metade do século XVII. Os jesuítas o haviam adotado: uma edição de 1617 foi especialmente dedicada aos internos da Companhia de Jesus em La Flèche, e aos internos do colégio da mesma Companhia em Pont-à-Mousson³². Aos internos: como não era um livro escolar, o *Galatée* não se dirigia aos alunos externos: *Le Galatée*, "originalmente composto em italiano por J. de La Case, e traduzido para o francês, o latim, o alemão e o espanhol", é descrito como um "tratado muito necessário para bem treinar a juventude em todas as maneiras e modos de agir louváveis, bem recebidos e aprovados por pessoas de boa educação e grande virtude, e próprios para aqueles que gostam não apenas da língua latina, mas também das línguas vulgares, que, hoje, são as mais apreciadas". Assim como os outros manuais, o *Galatée* ensina as boas maneiras, e como as pessoas se devem comportar em sociedade. Como dissemos, é um manual de conversação.

31 A. de Courtin, *Nouveau Traité de la civilité qui se pratique en France*, 1671.

32. *Bien-séance de la conversation entre les hommes*, Pont-à-Mousson, 1617.

Ele ensina que "pôr publicamente a mão em alguma parte do corpo não é louvável", da mesma forma como os *puer stans ad mensam* do século XV condenavam o hábito de se coçar em sociedade. Uma pessoa não deve se vestir ou despir em público para fazer suas necessidades naturais, nem se lavar ostensivamente logo depois, nem mostrar as porcarias do caminho, nem mandar os outros cheirarem "coisas fedorentas". Deve evitar ofender os sentidos dos outros, "ranger os dentes, assobiar, soluçar, ou esfregar pedras ou pedaços de ferro um no outro" (um outro manual recomenda não estalar os ossos e não fazer muito barulho ao tossir ou espirrar). Deve-se evitar bocejar, ficar de boca aberta, ou ficar olhando para o lenço. Reencontramos aqui os antigos preceitos da conduta à mesa, que conservaram toda a sua importância até o fim do século XVIII; a refeição continuava a ser um rito social – o que praticamente deixou de ser hoje – em que o papel de cada pessoa era minuciosamente definido e no qual era preciso prestar uma atenção especial à própria conduta: não comer muito depressa, não pôr os cotovelos sobre a mesa, não palitar os dentes, não "cuspir", tanto quanto possível, e, se fosse absolutamente necessário, fazê-lo de alguma forma discreta.

O *Galatée* ensina também como se vestir: "Um homem deve aproximar-se o mais possível da maneira de vestir dos outros cidadãos e deixar-se guiar pelo costume". Qualquer singularidade, nesse campo como em qualquer outro, é um pecado de lesa-sociedade. Deve-se sempre ceder ao desejo do grupo, sem jamais impor o seu próprio: não pedir papel para escrever ou reclamar o urinol quando as carnes estiverem prontas para servir e as mãos lavadas. Não se deve ser nem tímido, nem familiar, nem melancólico. Deve-se sempre manter a dignidade com os criados (alguns "soberbos" "estão sempre repreendendo seus criados e mantendo toda a família em perpétuo rebuliço"), e na rua, onde o passo não deve ser nem precipitado nem muito lento, e onde nunca se deve olhar fixamente para os passantes.

Do século XVI ao XVIII, as edições dos tratados de civilidade, bastante semelhantes, se sucederam. O de J.-B de La Salle, chamado *Règles de la bienséance et de la civilité chrétienne*, obteve tanto sucesso no século XVIII como os de Erasmo e de Cordier ou o *Galatée* nos séculos XVI e XVII. O fato de um educador devoto, fundador de um instituto educacional, cheio de responsabilidades e preocupações, ter tido o trabalho de redigir um manual que trata, como os manuais anteriores, das boas maneiras, do traje, do penteado, da conduta à mesa etc., é uma prova da importância que se atribuía a assuntos que hoje se tornaram triviais. Sem dúvida, esses livros destinavam-se a uma população rústica e brutal, e a disciplina das boas maneiras era

então mais necessária do que em nossas sociedades atuais, em que as pessoas estão mais submetidas a todos os tipos de autoridades públicas e controles policiais: o Estado tomou o lugar das boas maneiras no treinamento do indivíduo, desde a escola até o tráfego das ruas e o serviço militar. Outrora, as pessoas tinham também o sentimento de que não existiam coisas sem importância na vida em sociedade, de tal forma o próprio fato da comunicação social era essencial em si. Por essa razão, nada havia de surpreendente no fato de J.-B. de La Salle, o cônego de Reims, redigir cuidadosamente os conselhos tradicionais dos tratados de civilidade: "As pessoas devem sobretudo cuidar para que não haja piolhos, pulgas e outras pragas, nem mau cheiro; essa precaução e esse cuidado são muito importantes com relação às crianças". Há um longo discurso sobre a maneira de escarrar. "É vergonhoso parecer ter as mãos pretas e sujas; isso só é tolerável no caso de trabalhadores ou camponeses". "Quando alguém sente necessidade de urinar, deve sempre se retirar para um lugar bem afastado, e a conveniência manda (até mesmo às crianças) que todas as outras necessidades naturais que se possa ter sejam feitas apenas em lugares onde não se possa ser visto." "Não é decente desferir golpes com as mãos ao brincar com alguém." Não se deve "sacudir os pés, nem mexê-los por brincadeira (nem mesmo as crianças), nem cruzar um sobre o outro". O leitor é também aconselhado sobre a maneira de se vestir: "Não é decoroso que um menino seja vestido como um homem, nem que o traje de um rapaz seja mais enfeitado do que o de um velho". E, é claro, há um longo capítulo sobre "a maneira de cortar e servir as carnes", de preparar a mesa, de servir e tirar a mesa, função especialmente reservada às crianças e aos jovens.

O grande número de manuais de civilidade, suas reedições e adaptações, de Erasmo a J.-B. de La Salle e outros, provam-nos que a escola ainda não tinha monopolizado todas as funções de transmissão do conhecimento. As pessoas ainda se importavam muito com essas boas maneiras, que alguns séculos antes haviam constituído o essencial da aprendizagem. "A conduta doce a harmoniosa das crianças, escreveria um pedagogo do século XVII", dá mais crédito a uma escola do que uma instrução sólida, porque ela mostra a todos que a criança foi instruída, embora talvez tenha aprendido pouca coisa, já que as boas maneiras são a parte principal da educação."

Ainda no início do século XVII, usava-se a expressão "saber o *Courtisan*" da mesma forma como se dizia a propósito de um homem

que ele havia lido o *Galatée*³⁴. O *Courtisan* de Balthazar de Castiglione criou um gênero, assim como Erasmo fixou o modelo típico dos tratados de civilidade: o gênero das artes de agradar e ter sucesso na vida. Esse gênero distinguia-se do da civilidade porque não parava nos primeiros elementos das boas maneiras: "Os bons pedagogos ensinam não apenas as letras às crianças, mas também os bons costumes e as maneiras decentes, ensinam-nas a comer, a beber, a falar e a caminhar com certos gestos convenientes". Havia, contudo, uma parte comum às "civilidades" e aos "cortesãos", ou seja, à literatura que deles se originou: ambos os gêneros traduziam uma forma de agradar à sociedade, de ser bem sucedido e de progredir graças à utilização oportuna das cortes e da sociedade mundana. Mas este se tornou o tema essencial do *Courtisan* ou de livros como *Le Héros*, do espanhol Laurens Gracien, traduzido para o francês, de *L'Honnête Homme* de Faret, e de toda uma literatura que foi estudada por D. Mornet³⁵.

Podemos reduzir esse tema a duas noções essenciais: a ambição e a reputação. A ambição era considerada como um valor. Ninguém devia contentar-se com sua condição, e, ao contrário, devia-se sempre pensar em elevá-la. Essa preocupação com a ascensão não era vista como uma fome de prazer e bem-estar, mas como um ideal que exigia disciplina severa e vontade inquebrantável, um ideal heróico no qual reconhecemos o espírito do Renascimento. Esse ideal persistiria até meados do século XVII. Ele se exprime ingenuamente num trecho de *L'Honnête Garçon*³⁶. Seu autor, M. de Grenaille, conhecia a importância da nobreza: "Eu preferiria que o *honnête garçon*, o menino bem educado, nascesse numa casa nobre... Não é verdade que os fidalgos possuem naturalmente não sei que ar de majestade que faz com que sejam respeitados, mesmo em sua ruína? As crianças da nobreza parecem comandar até mesmo na sujeição, enquanto os plebeus que às vezes comandam parecem receber ordens ao dá-las". E, no entanto, essa concepção de uma ordem originária do nascimento é acompanhada de uma outra concepção social, igualmente importante no pensamento do autor, segundo a qual a nobreza é uma "qualidade divina que alimenta a coragem e a virtude, e não uma honra vã" - e essa qualidade é adquirida através da virtude ou do renome, e aumenta graças a uma "ambição generosa". O menino bem educado elevará os títulos de sua casa: "Se tiver nascido um simples fidalgo, desejará ser Barão; se for Marquês, tentará ser Conde. En-

34. Charles Sorel.

35. D. Mornet, *Histoire de la littérature classique*. 1940, e M. Magendie, *op. cit.*

36. De Grenaille, *op. cit.*

33. F. Watson. *The English Grammar Schools to 1606*. 1907.

fim, fará com que os direitos que a natureza lhe deu avancem tanto quanto a Fortuna o permitir". "Aqueles que, oriundos de uma família honorável, se virem donos de uma fortuna muito pequena ou medíocre, deverão esforçar-se para se elevar com arte e para conquistar a natureza com engenho". "Vemos mais pessoas de extração baixa tornarem-se grandes do que grandes se manterem no mesmo estado. É que os últimos algumas vezes negligenciam tudo, enquanto os primeiros não negligenciam nada". E Grenaille admira essas ascensões corajosas: o menino bem educado deverá "saber que sua nobreza será mais honrosa se for adquirida por mérito, do que se tiver sido obtida por herança". Texto curioso, significativo do valor moral atribuído à ambição.

Como realizar essa "elevação"? Havia apenas um meio: o renome, a reputação. A competência intelectual e técnica e o valor moral não eram considerados, não porque fossem desprezados, mas porque estavam incluídos na aprovação que consagrava um homem como "célebre" e "amável". Essa aprovação, porém, devia ser sempre alimentada por novos feitos e novas habilidades: "Renovar a grandeza, fazer renascer a reputação e ressuscitar o aplauso"³⁷. O sucesso só podia ser obtido graças ao favor dos grandes e à amizade dos pares. Para obtê-los, um homem deveria ousar lançar mão mesmo de riquezas iníquas, e não devia hesitar em dissimular defeitos e simular qualidades. A dissimulação era permitida: "O homem cuja paixão trabalha apenas em prol do renome, tu que aspiras à grandeza, deixa todos os homens te conhecerem, mas que nenhum te compreenda. Graças a essa arte, o medíocre parecerá grande, o grande infinito, e o infinito maior ainda".

A virtude³⁸, escreve Faret em *L'Honnête Homme*, é tão essencialmente o objetivo de todos aqueles que desejam obter consideração na corte, que, embora aí se disfarcem e se degradem, todos tentam dar a impressão de que a possuem em toda a sua pureza". Isso era explicável: "Um homem que só fale com o cortês uma vez na vida, partirá satisfeito com este e dirá a seu respeito coisas que jamais diria se houvesse visto o fundo de sua alma"³⁹.

Para "obter o amor das pessoas" era preciso ter "tato", "a alma de toda qualidade bela, a vida de toda perfeição". Voltamos aqui à civilidade, às boas maneiras, à arte de viver em sociedade: "Sem ele, a melhor execução morre, e a maior perfeição torna-se repugnante"⁴⁰.

37. Laurens Gracien, *op. cit.*

38. N. Faret, *L'Honnête Homme*.

39. Bardin, *Le Lycée*, 1632-1634, 2 vols.

40. Laurens Gracien, *op. cit.*

Na segunda metade do século XVII, os gêneros originários da "civilidade" de Erasmo e do "cortês" de Castiglione sofreriam algumas modificações significativas.

O ideal renascentista de ambição e de elevação desaparece, ao mesmo tempo em que o cortês é substituído pelo *honnête homme*, e a corte, pela sociedade. Não era mais de bom-tom aspirar muito abertamente à fortuna e ao prestígio. Havia surgido um novo ideal, que foi cultivado pelo Chevalier Méré em toda a sua obra: a busca da média medida, da mediocridade ilustre. Essa concepção não diminuiu o peso das influências sociais, mas também não lhes conferia mais o mesmo valor moral. As boas maneiras continuaram a ser tão necessárias como antes, mas pouco a pouco se esvaziaram de seu conteúdo moral e deixaram de ser uma virtude. Isso era apenas o início ainda mal perceptível de uma evolução que se precipitaria nos séculos XVIII e XIX: a sociabilidade coerente do *Ancien Régime* se reduziria a uma mundanidade mais frágil e menos rica. Contudo, durante a segunda metade do século XVII, essa evolução mal começava a ser sugerida, e a sociabilidade, embora se tornasse menos heróica e menos exemplar, permanecia bastante densa e forte.

Os tratados de civilidade, como dissemos, durante muito tempo foram descrições de boas maneiras que se dirigiam tanto às crianças como aos adultos, na medida em que ambos os grupos não as houvessem ainda aprendido. Assim como seus modelos antigos da Idade Média, eles explicavam como um homem bem educado se devia conduzir, e lembravam os costumes estabelecidos, que outrora não eram redigidos mas nem por isso eram menos respeitados ou sinceros. Na segunda metade do século XVII, as civilidades mantinham seu aspecto tradicional, mas reservavam um lugar cada vez maior aos conselhos educativos e às recomendações dirigidas apenas às crianças, excluindo os adultos, como, por exemplo, recomendações relativas ao comportamento dos escolares. Num manual "pueril e honesto para a instrução das crianças" de 1761,⁴¹ havia um capítulo inteiro sobre a "maneira pela qual a criança se deve comportar na escola". Esse manual inspirava-se no de Cordier, que era mestre-escola, e em seus diálogos escolares. Ele ensinava que a criança devia tirar o chapéu ao entrar na escola, tanto por reverência ao mestre como para saudar os companheiros. A criança não deveria mudar de lugar, e sim permanecer naquele indicado pelo mestre. "Não incomodeis vossos companheiros, empurrando um e batendo em outro." "Não seiais tão descortês e pouco prestativo a ponto de recusar a vossos

41. *La Civilité puerile et honnête pour l'instruction des enfants*, 1761.

companheiros em caso de necessidade tinta, penas, ou qualquer outra coisa que eles possam ter-se esquecido de trazer." "Não converseis na escola." "É uma prova de espírito maldoso demonstrar alegria quando alguém é repreendido ou castigado." Não se tratava apenas de iniciar a criança nos hábitos dos adultos, que outrora elas aprendiam unicamente através da experiência da aprendizagem; o tratado de civilidade agora prestava mais atenção à vida escolar, adaptava-se a ela e a prolongava. Isso era uma consequência do desenvolvimento da escola e da particularização da infância, que adquiriu uma importância cada vez maior nos manuais de civilidade, em detrimento dos adultos.

A *Civilité nouvelle* de 1671 "já era algo como um tratado de educação para os pais, o que não acontecia com os manuais de civilidade tradicionais, concebidos como simples registros de costumes estabelecidos. Ela aconselhava como fazer para corrigir as crianças, em que idade se devia começar a ensinar-lhes as letras, e assim por diante. "A criança deverá repetir em casa o que tiver aprendido na escola ou no colégio, ou então deverá aprender em casa o que tiver de recitar diretamente diante do mestre." À noite, os pais deveriam proceder a um exame de consciência: "Se a criança se tiver portado como um homem", será lavada e acariciada. Se tiver cometido algumas faltas leves, os adultos a corrigirão, "ralhando, caçoando dela ou infligindo-lhe alguma pena leve e fácil de suportar". "Se tiver praticado alguma ação do tipo das que se aproximam do crime, como a blasfêmia, o roubo ou a mentira, ou tiver proferido algum insulto ou injúria grosseira contra uma criada ou criado, ou tiver sido desobediente, demonstrando teimosia e arrogância, será surrada com uma vara". "A seguir, a criança dirá boa-noite a seus pais e mestres, e irá fazer suas necessidades". "Finalmente, depois de se despir, deitar-se-á na cama para dormir, sem se distrair com conversas e sem contar histórias ou bobagens (ninguém dormia sozinho). Ela deverá deitar-se de forma a ficar bem e decentemente acomodada, e toda coberta; não dormirá nem de braços nem de costas, mas de lado (conselho de higiene medieval); não dormirá sem camisa, tanto por razões de decoro como para poder encontrar facilmente suas roupas em todas as circunstâncias que possam ocorrer."

Mas mesmo o quadro ampliado dos tratados de civilidade tradicionais pareceu demasiado estreito para atender às novas preocupações educativas. Surgiram então, especialmente no círculo ligado a Port-Royal, verdadeiros tratados práticos de educação, apresentados

sob a forma de conselhos aos pais: o *De l'éducation chrétienne des enfants* de Varet⁴³ em 1666, e as *Règles de l'éducation des enfants* de Coustel⁴⁴ em 1687. Embora essas obras contivessem capítulos sobre as boas maneiras (na conversação ou à mesa), que pareciam extrair dos tratados de civilidade tradicionais, elas foram escritas com um espírito diferente de aconselhamento dos pais. Tratavam também da escolha do ofício, e dos problemas delicados da escola da escola, tratavam dos mestres, das leituras (proscribiam os romances, esses venenos da alma), dos jogos e dos métodos pedagógicos: "Adaptai-vos sempre tanto quanto puderdes à sua fraqueza e à sua pequenez, fazendo tatibitate com elas para ajudá-las a aprender suas pequenas lições". Ao lado, portanto, dos conselhos aos pais, havia também conselhos aos mestres. Esses conselhos incitavam os pais a se portar bem diante das crianças, a lhes dar bom exemplo, a vigiar suas amizades e a "lhes dar algum emprego conforme a seus planos com relação a elas, a fim de não as deixar viver vergonhosamente à toa", evitando assim "aborrecimentos relativos ao estabelecimento dos filhos."⁴⁵

Estamos longe, como vemos, dos manuais de civilidade tradicionais, pois não se trata mais de registrar os hábitos dos adultos para as crianças ou outros adultos ignorantes, e sim de instruir a própria família sobre seus deveres e suas responsabilidades, e de aconselhá-la em sua conduta com relação às crianças. A diferença entre a "civilidade" de Erasmo e os tratados de educação de Coustel e de Varet dá a medida da distância entre a família do fim do século XV, ainda ligada aos hábitos medievais de aprendizagem em casas estranhas, e a família da segunda metade do século XVII, já organizada em torno das crianças.

Contudo, esses traços quase modernos da educação familiar não diminuíram o sucesso dos tratados de civilidade tradicionais, pois a concentração da família em torno das crianças ainda não se opunha aos antigos hábitos de sociabilidade: os próprios educadores reconheciam que o "comércio do mundo" continuava a ser essencial.

Já que tudo dependia das relações sociais, podemos nos perguntar onde as pessoas se encontravam. Muitos traços antigos se mantinham: freqüentemente elas ainda se encontravam fora, na rua. Não apenas ao acaso – pois as cidades eram pequenas e pouco espalhadas – mas também porque algumas ruas ou praças eram passeios onde

43. Varet, *De l'éducation chrétienne des enfants*, 1666.

44. Coustel, *op. cit.*

45. *Ibid.*

em certas horas uma pessoa podia encontrar os amigos, como acontece hoje nas cidades mediterrâneas. O burburinho do Corso ou da Piazza Major agitava praças hoje desertas ou atravessadas por transeuntes que se desconhecem, mesmo quando passeiam. Para o turista de hoje é difícil reconhecer a praça Bellecour, em Lyon, nesta descrição fornecida por um viajante italiano em 1664, o abade Locatelli: "Homens e mulheres passeavam de braços dados, segurando-se uns aos outros, como se segura uma criança... Uma mulher deu o braço a dois homens, um homem deu o braço a duas mulheres. Pouco acostumado a essas maneiras (o abade vinha de Bolonha, onde as pessoas deviam ser mais reservadas do que em Lyon), pensemos que havíamos entrado num bordel... Observei como todos estavam alegres, e, na entrada do passeio, vi-os darem-se os braços, que mantinham dobrados como a alça de uma cesta, e assim eles passeavam." A surpresa desse bolonhês do século XVII diante dessa população risonha, de braços dados, é a mesma que sentimos hoje quando nos misturamos às multidões italianas.

As pessoas encontravam-se na rua, mas onde se reuniam? Na França do século XIX, e ainda hoje, os homens, ao menos, reúnem-se nos cafés. A civilização francesa contemporânea torna-se ininteligível se não reconhecermos a importância do café: ele é o único ponto de encontro acessível a qualquer momento, regular como um hábito. O equivalente inglês é a *public house*, o *pub*. A sociedade dos séculos XVI e XVII era uma sociedade sem cafés ou *pubs*: a taberna era um lugar de má fama, reservado aos jovens arruaceiros, às prostitutas, aos soldados, aos escolares errantes, aos mendigos e aos aventureiros de toda sorte: as pessoas de bem não a freqüentavam, qualquer que fosse sua condição. Não havia outros lugares públicos além das casas particulares, ou, ao menos, algumas delas, as grandes casas, rurais ou urbanas⁴⁶.

O que entendemos nós por grandes casas? De fato, algo muito diferente do sentido que hoje daríamos à mesma expressão: seu significado era exatamente o contrário. Hoje, diz-se que uma casa é grande com relação ao seu povoamento. Uma casa grande é sempre uma casa pouco habitada. Assim que a densidade aumenta, as pessoas comecem a sentir-se apertadas e a casa não é mais tão grande como antes. No século XVII, e também nos séculos XV e XVI, uma casa

46. Locatelli, *Relation de voyage en 1664*, org. por W. Blunt, *The Adventures of an Italian Priest*, Londres, 1956.

47. No entanto, Lagniet em seus *Proverbes* representa uma taberna em que a presença de uma criança não parece deslocada.

grande era sempre muito povoada, muito mais do que as casas pequenas. Essa observação extremamente importante decorre de todos os trabalhos sobre a densidade populacional realizados pelos historiadores demográficos.

Existe um estudo sobre a população de Aix-en-Provence no fim do século XVII⁴⁸, realizado com base no registro de capitação de 1695. Sob a luz dessa análise, percebe-se um contraste bastante nítido entre os bairros pobres e densos e os bairros ricos e menos povoados: os primeiros possuíam casas pequenas e pouco habitadas, e os segundos, casas grandes cheias de gente. Algumas casas abrigavam 3 ou menos de 3 habitantes, enquanto outras continham 31 pessoas (2 patrões, 6 crianças e 17 empregados) ou 17 pessoas (2 patrões, 8 crianças, 7 empregados).

Essa oposição não é específica do século XVII ou da Provença. Um artigo recente sobre Carpentras em meados do século XV produz a mesma impressão⁴⁹. Vinte e três famílias de homens ricos e importantes reuniam 177 pessoas, ou seja, 7,7 pessoas por casa; 17,4% da população viviam em casas que abrigavam mais de 8 pessoas. Um nobre mantinha 25 pessoas em sua casa. O arquiteto da catedral vivia entre 14 comensais. É delicado tirar conclusões desses dados a respeito do índice de natalidade. Por outro lado, eles revelam com bastante clareza que as casas dos ricos abrigavam, além da família propriamente dita, toda uma multidão de criados, empregados, clérigos, caixeiros, aprendizes, auxiliares, etc. Isso aconteceu do século XV ao XVII em quase toda a Europa ocidental. Essas casas eram grandes casas, mesmo quando não tinham o nome de *hôtel*, e possuíam vários aposentos por andar e várias janelas dando para a rua, o pátio ou o jardim. Sozinhas, elas formavam um verdadeiro grupo social. Ao lado dessas grandes casas, muito povoadas, havia casas minúsculas que abrigavam apenas um casal, e, sem dúvida, algumas de suas crianças, as mais novas. Na cidade, essas casas eram como as que existem ainda hoje nos bairros antigos, com uma ou duas janelas por andar. Segundo Paul Masson⁵⁰, parece que a casa de duas janelas surgiu em Marselha, como um aperfeiçoamento da casa de uma só janela: "Os apartamentos em cada andar são formados por dois cômodos, um dando para a rua e o outro dando para um espaço estreito-

48 J. Carrière, "La Population d'Aix-Provence à la fin du XVII^e siècle", *Annales de la Faculté des Lettres d'Aix-en-Provence*, 1958.

49 R. H. Bautier, "Feux, Population et structure sociale au milieu du XV^e siècle", *Annales E.S.*, 1959, pp. 255-268.

50 Paul Masson, citado por J. Carrière, *op. cit.*

to que separa o fundo da casa das casas da rua vizinha". Muitas vezes, aliás, as duas janelas iluminavam apenas um cômodo. Portanto, essas habitações urbanas possuíam apenas uma ou duas peças. No campo, as casas pequenas não eram maiores, e, quando havia dois cômodos, um era reservado aos animais. Evidentemente, tratava-se de abrigos para o repouso e às vezes (nem sempre) para a refeição. Essas casas pequenas e pobres não preenchiam nenhuma função social. Elas não podiam nem mesmo servir de lar para a família. A grande crise habitacional dos anos 50 de nosso século forneceu-nos algumas informações sobre o efeito da habitação sobre a família. Sem dúvida, as pessoas eram menos sensíveis à promiscuidade durante o *Ancien Régime*. Mas é preciso haver um espaço mínimo, sem o qual a vida familiar se torna impossível e o sentimento da família, descrito ao longo deste estudo, não pode nem se formar nem se desenvolver. Vemo-nos no direito de concluir que essas pessoas pobres e mal alojadas sentiam um amor banal por suas criancinhas – essa forma elementar do sentimento da infância – mas ignoravam as formas mais complicadas e mais modernas do sentimento da família. Eram sempre, como na Idade Média, famílias "silenciosas", silenciosas porque elementares. É certo que os jovens deviam deixar muito cedo esses cômodos únicos que hoje chamariamos de cortiços, quer para emigrar para outros cortiços – dois irmãos juntos ou marido e mulher – quer para viver na casa grande dos ricos como aprendizes, criados ou empregados.

Nessas casas grandes, nem palácios, nem sempre *hôtels* ou mansões, casas rurais ou casas urbanas ocupando apenas um andar de um imóvel, encontramos o meio cultural do sentimento da infância e da família. Foi nelas que recolhemos todas as observações que constituem a matéria deste livro. A primeira família moderna foi a família desses homens ricos e importantes. É ela que vemos representada na rica iconografia familiar de meados do século XVII, nas gravuras de Abraham Bosse, nos retratos de Philippe de Champaigne, e nas cenas dos pintores holandeses. Foi para ela que os moralistas educadores escreveram seus tratados e que os colégios se multiplicaram. Para essa família, ou seja, para todo o grupo que ela formava, e que compreendia, além da família conjugal, não outros parentes (pois esse tipo de família patriarcal devia ser muito raro) – no máximo, talvez, um irmão solteiro – mas uma clientela de servidores, amigos e protegidos.

A casa grande desempenhava uma função pública. Nessa sociedade sem cafés, sem *public houses*, ela era o único lugar onde os amigos, clientes, parentes e protegidos se podiam encontrar e conversar. Aos servidores, clérigos e empregados que aí residiam permanente-

mente, é preciso acrescentar a vaga incessante de visitantes. Estes últimos não deviam preocupar-se com a hora e nunca eram despachados, pois os educadores do século XVII achavam que a freqüência e a hora das visitas impedia um horário regular, especialmente para as refeições, e consideravam essa irregularidade bastante funesta para a formação das crianças para legitimar o hábito de enviá-las ao colégio a despeito dos inconvenientes morais e da promiscuidade escolar. As idas e vindas constantes dos visitantes distraíam as crianças de seu trabalho. Em suma, as visitas davam a impressão de ser uma verdadeira ocupação, que comandava a vida da casa e ditava até mesmo as horas das refeições.

Essas visitas não eram apenas de amizade ou mundanas, eram também profissionais. Mas elas eram muito mal distinguidas umas das outras. Os clientes do cartório durante muito tempo também foram os amigos do notário, e também seus devedores. Não havia locais profissionais, nem para o juiz, nem para o comerciante, nem para o banqueiro, nem para o negociante. Tudo se passava nos mesmos cômodos em que eles viviam com sua família.

Esses cômodos, porém, não eram mais especializados do ponto de vista doméstico do que profissional. Eles se comunicavam entre si, e as casas mais ricas eram formadas no andar nobre de galerias e salas enfileiradas. Nos outros andares, os cômodos eram menores, mas igualmente dependentes uns dos outros. Nenhum deles tinha uma destinação precisa, com exceção da cozinha, e, ainda assim, muitas vezes se cozinhava na lareira da maior sala. As instalações da cozinha na cidade e nas casas médias não permitiam muitos refinamentos, e, quando havia convidados, compravam-se pratos feitos no vendedor de assados das redondezas. Quando Hortensius, o "preceptor" de Francion, quis receber um grupo de amigos, disse a seu criado, seu homem de confiança: "Vai dizer a meu compadre dono da taberna que me mande do seu melhor vinho moscatel e um assado. Ora, ele assim o fez porque sendo já bastante tarde, e vindo que os últimos a chegar haviam trazido um tocador de viola, imaginou que seria preciso dar de comer a todas as pessoas que havia em seu quarto". Francion saiu com o criado. Em casa do dono da taberna "não encontramos nada que nos agradasse, e pegamos apenas o vinho. Decidimos ir até o vendedor de assados do Petit Pont. O criado comprou um pão, e como quisesse ainda um lombo de boi, foi procurar em todos os vendedores de assados para ver se encontrava um bom".

Vivia-se em salas onde se fazia de tudo. Nelas se comia, por exemplo, mas não em mesas especiais: a famosa "mesa de jantar" não existia. Na hora das refeições, armavam-se mesas sobre cavaletes dobráveis, que eram cobertas com uma toalha como se pode ver nas gravuras de Abraham Bosse. Em meados do século XV, o arquiteto

humanista Alberti⁵¹, muito *laudator temporis acti*, recordava os hábitos de sua juventude: "Quando éramos jovens... a mulher mandava para o marido um pequeno cantil de vinho e alguma coisa de comer junto com o pão; ela jantava em casa, e os homens no ateliê". Não devemos entendê-lo ao pé da letra, pois esse hábito ainda era frequente em várias casas de artesãos e camponeses na época em que ele escrevia essas linhas. Mas ele opunha esse costume simples ao costume urbano de sua época: "A mesa posta duas vezes por dia como para um banquete solene". Na realidade, tratava-se de uma mesa desmontável, como o era grande parte do mobiliário no início do século XVII⁵².

Nessas mesmas salas onde se comia, também se dormia, se dançava, se trabalhava e se recebiam visitas. As gravuras mostram-nos a cama ao lado de um aparador equipado com uma baixela de metal trabalhado ou no canto da sala onde as pessoas estão comendo. Um quadro de P. Codde de 1636⁵³ representa um baile; no fundo da sala onde dançam os mascarados vê-se uma cama com as cortinas fechadas. Durante muito tempo as camas também foram desmontáveis. Cabia aos pajens ou aos aprendizes armá-las quando necessário. O autor do *Chastel de joyeuse destinée* felicita os jovens "habituaados à moda da França"⁵⁴:

*Ces gens français servaient tout promptement
Et dressaient litz tant bien proprement
Que ce n'était grant esbaïssement.**

Ainda no início do século XVII, Héroard⁵⁵ anotava em seu diário em 12 de março de 1606: "Já vestido, ele (o futuro Luís XIII) ajudou a desmontar sua cama". Ou, em 14 de março de 1606: "Levado aos aposentos da Rainha, foi colocado no quarto do Rei (ausente, em campanha) e ajudou a trazer a armação de sua cama sob as vistas da Rainha; Mme de Montglat mandou colocar aí também sua cama para nela dormir". Em 8 de setembro de 1608, pouco antes da partida para Saint-Germain, "ele se distraiu desmontando pessoalmente sua cama, impaciente para partir". No entanto, nessa época as camas

51 P. H. Michel, *La Pensée de L. B. Alberti*, 1930.

52 P. du Colombier, *Style Henri IV et Louis XIII*, 1941, p. 49.

53 P. Codde, reproduzido em Berndt, 187.

54 Jardin de Plaisance, ed. Droz e Piaget, p. 93.

* Esses jovens franceses serviam prontamente / E armavam as camas tão bem / Que me causavam grande espanto." (N. do T.)

55 Héroard, *Journal de l'enfance de Louis XIII*, op. cit.

já se haviam tornado menos móveis. Alberti, em suas lamentações sobre os bons e velhos tempos, já observava: "Lembro-me... de ter visto nossos cidadãos mais notáveis, quando iam para o campo, mandarem levar suas camas e utensílios de cozinha, que traziam de volta em seu regresso. Hoje, a mobília de um único quarto é maior e mais cara do que antigamente o era a de toda a casa no dia de núpcias⁵⁶". Sem dúvida, essa transformação da cama desmontável num móvel permanente marcou um progresso de intimidade. Logo a seguir, a cama ornamentada e envolta em cortinas foi utilizada pelos artistas para ilustrar os temas da vida privada: o quarto onde se reúnem os recém-casados, onde a mãe dá à luz, onde morrem os velhos, e também onde meditam os solitários. Contudo, o cômodo onde ficava a cama nem por isso era um quarto de dormir. Continuava a ser um lugar público. Conseqüentemente, era preciso colocar cortinas em torno da cama, cortinas que se abriam ou fechavam à vontade, para defender a intimidade de seus ocupantes. Pois raramente as pessoas dormiam sozinhas: dormia-se com a própria mulher, é claro, mas também com outras pessoas do mesmo sexo.

Como a cama era independente do quarto em que ficava e consistia por si só um pequeno reduto, podia haver muitas camas num mesmo cômodo, em geral nos seus quatro cantos. Bussy-Rabutin conta⁵⁷ que um dia, durante uma campanha, uma moça aterrorizada pelos soldados pediu-lhe proteção e hospitalidade: "Finalmente eu disse à minha gente que lhes desse uma das quatro camas que havia em meu quarto".

É fácil imaginar a promiscuidade em que as pessoas viviam nessas salas onde era impossível se isolar, que era preciso atravessar para chegar aos outros cômodos, onde dormiam vários casais ou vários grupos de meninos ou meninas (sem contar os servidores, que, ao menos alguns, deviam dormir perto dos patrões e armar as camas ainda desmontáveis dentro do quarto, ou atrás da porta), onde todos se reuniam para fazer as refeições, receber os amigos ou clientes, e, às vezes, distribuir esmolas aos mendigos. Compreendemos então por que nos censos, os *hôtels*, as casas abastadas, eram sempre mais povoadas do que os pequenos apartamentos de um ou dois cômodos dos pobres. Devemos considerar essas famílias, nas quais, entretanto, já surgia o sentimento moderno da família, não como refúgios contra a invasão do mundo, mas como os núcleos de uma sociedade,

56 P. H. Michel, op. cit.

57 Bussy-Rabutin, *Mémoires*, 1704, 3 vol.

os centros de uma vida social muito densa. Em torno delas estabeleciam-se círculos concêntricos de relações, progressivamente mais frouxos em direção à periferia: círculos de parentes, de amigos, de clientes, de protegidos, de devedores, etc.

No centro dessa rede complexa figurava o grupo residente das crianças e dos servidores. Os progressos do sentimento da infância através dos séculos XVI e XVII, e a desconfinção dos moralistas com relação aos criados ainda não haviam conseguido dissociá-lo. Ele era como que a alma viva e barulhenta da casa grande. Numerosas gravuras mostram-nos as crianças misturadas com os criados, eles também quase sempre muito jovens. Há, por exemplo, uma ilustração de Lagniet de um livro de provérbios, em que um pequeno criado brinca com uma criança da casa que mal começa a andar⁵⁸. Essa mesma familiaridade deve ter existido nas casas dos artesãos e dos lavadores, com seus aprendizes ou jovens criados. Não havia uma grande diferença de idade entre as crianças da casa e os criados, que eram admitidos muito jovens, e alguns dos quais eram irmãos de leite dos membros da família. O *Book of Common Prayer* de 1549 afirmava que era obrigação dos chefes de família cuidar da instrução religiosa de todas as crianças da casa, ou seja, de todas as *children, servants and prentices*. Os servidores e os aprendizes eram assimilados às crianças da família. Eles brincavam juntos de brincadeiras de criança. "Ainda há pouco, o laçao do abade, brincando de cachorrinho com a amável Jacqueline, a deixou cair no chão, quebrando seu braço e deslocando seu pulso. Os gritos que ela deu foram horríveis", diz M^{me} de Sévigné, que parece achar tudo isso bastante divertido⁵⁹.

Ainda no século XVII, os filhos de família continuavam a desempenhar funções domésticas que os aproximavam do mundo dos servidores: eram especialmente encarregados do serviço da mesa. Cortavam as carnes, traziam os inúmeros pratos do serviço à francesa, hoje desaparecido, e que consistia em apresentar vários pratos ao mesmo tempo, como num bufê, e serviam a bebida, levando ou enchendo os copos. Até o fim do século XVIII, os manuais de civilidade consagravam um capítulo importante à maneira de servir à mesa, enquanto as cenas de gênero freqüentemente mostravam crianças desempenhando essa função⁶⁰. A noção de serviço ainda não se havia degradado. O fato de estar "na dependência" de outrem ainda não tinha assumido o caráter humilhante que adquiriu depois. Quase sempre uma pessoa "pertencia" a alguém. As artes de agradar dos sécu-

58 Lagniet em *Proverbes*.

59 M^{me} de Sévigné, *Lettres*, 19 de agosto de 1671.

60 Helmont (1623-1679) "Criança servindo à mesa" in Berndt, nº 365.

los XVI e XVII, do tipo do *Courtisan*, aconselhavam o "fidalgo *particulier*", ou seja, subalterno, a escolher bem seu senhor e a conseguir obter seu favor. A sociedade ainda se apresentava como uma rede de "dependências". Daí, uma certa dificuldade em separar os serviços honrosos dos serviços mercenários, reservados à baixa criadagem: essa dificuldade ainda persistia no século XVII, embora a partir de então os servidores fossem assimilados às camadas desprezíveis dos trabalhadores manuais. Restava ainda entre os senhores e os servidores alguma coisa que não se reduzia nem à observação de um contrato nem à exploração de um patrão: um laço existencial, que não excluía a brutalidade de uns e a astúcia de outros, mas que resultava de uma comunidade de vida quase integral. Observemos os termos empregados pelos moralistas para designar os deveres do pai de família: "Os deveres de um bom pai de família reduzem-se a três pontos principais: o primeiro consiste em aprender a *controlar sua mulher*. O segundo, em *bem educar seus filhos*, e o terceiro, em *bem governar seus criados*"⁶¹. "Salomão dá-nos a esse respeito um conselho muito judicioso, que encerra todos os deveres de um senhor para com seus servidores. Há três coisas, diz ele, que não lhes devem faltar. São elas: pão, trabalho e reprimendas. Pão... porque é de seu direito, trabalho, porque este é seu quinhão, reprimendas e castigos porque este é nosso interesse." "Se todos os servidores fossem honestamente alimentados e pagos com exatidão, encontrar-se-iam muito poucos de conduta irregular." Mas não se pagava aos criados um salário, como hoje. Vejamos o que diz Coustel⁶²: os pais pródigos "colocam-se na impossibilidade de *recompensar seus criados*, de satisfazer seus credores ou de ajudar os pobres, como é seu dever". Ou ainda Bordelon⁶³: "Entre os criados e os senhores há deveres recíprocos. Por seus serviços e por sua submissão, dai-lhes *compaixão e recompensas*". Não se pagava ao servidor, dava-se-lhe uma recompensa: as relações eram menos de justiça do que de proteção e piedade, o mesmo sentimento que se tinha pelas crianças. Ninguém o exprimiu melhor do que Dom Quixote, quando, ao despertar, considera Sancho, ainda adormecido: "Dormes, não tens preocupações. O cuidado de tua pessoa, submeteste-o aos meus ombros; é um fardo que a natureza e o costume impuseram àqueles que têm criados. O criado dorme enquanto o senhor vela, pensando em como *alimentá-lo, melhorá-lo e fazer-lhe bem*. O medo (de uma colheita ruim etc.)... nunca aflige o criado, e sim o senhor, que, durante a esterilidade e a fome, deve sustentar

61 De Gérard, *Entretiens*, I, p. 153.

62 Coustel, *op. cit.*

63 Bordelon, *op. cit.*

aquele que o serviu durante a fertilidade e a abundância ⁶⁴. A familiaridade que essa relação pessoal de dependência acarretava aparece ainda nas comédias de Molière, na linguagem das criadas e criados, quando estes falam com seus senhores. Nessas salas sem destinação especial onde se comia, dormia e recebia, os criados nunca se separavam de seus senhores: em *Les Caquets de l'accouchée*, a criada se separava na conversa com naturalidade. Isso acontecia nas casas burguesas, mas também na alta nobreza. "Como a Princesa de Condé", conta M^{me} de Sévigné ⁶⁵, "se tivesse afeiçoado há algum tempo a um de seus lacaios chamado Duval, este foi louco o bastante para demonstrar impaciência diante da boa vontade que ela manifestava também para com o jovem Rabutin, que havia sido seu pajem." Eles tiveram uma briga na frente da princesa. "Rabutin empunhou a espada para castigá-lo, Duval tirou também a sua, e a Princesa, pondo-se entre os dois para separá-los, foi levemente ferida na colo."

Essa familiaridade, é certo, começava a desaparecer entre os adultos, e os moralistas mais preocupados com os bons tratos dos servidores aconselhavam também a maior reserva possível diante deles: "Falai pouco com vossos criados ⁶⁶". Mas a antiga familiaridade subsistia entre os criados e as crianças ou os jovens. Desde seus primeiros anos, as crianças haviam brincado com os pequenos lacaios, alguns dos quais lhes eram mais pessoalmente ligados, e, algumas vezes, os serviam nos colégios; uma verdadeira camaradagem podia formar-se entre eles. Conhecemos os criados de Molière, e o criado do *Menteur* de Corneille. Mas um criado de comédia esquecido, o de *Les Ecoliers* de Larivey, exprime o sentimento que tinha por seu senhor com uma emoção mais verdadeira: "Fui criado com ele e amo-o mais do que qualquer outro vivente".

Há muito tempo já sabemos pelos historiadores que o Rei nunca ficava sozinho. Mas de fato, até o fim do século XVII, ninguém ficava sozinho. A densidade social proibia o isolamento e aqueles que se conseguiram fechar num quarto por algum tempo eram vistos como figuras excepcionais: relações entre pares, relações entre pessoas da mesma condição, mas dependentes umas das outras, relações entre senhores e criados – estas relações de todas as horas e de todos os dias jamais deixavam um homem sozinho. Essa sociabilidade durante muito tempo se havia oposto à formação do sentimento familiar, pois não havia intimidade. O desenvolvimento, nos séculos XVI e

64 Cervantes, *Dom Quixote*, parte II, cap. 20.

65 M^{me} de Sévigné, *Lettres*, 23 de janeiro de 1671.

66 Bodelon, *op. cit.*

XVII, de uma relação afetiva nova, ou ao menos consciente, entre os pais e os filhos não a destruiu. Essa consciência da infância e da família – no sentido em que falamos de consciência de classe – postulava zonas de intimidade física e moral que não existiam antes. Contudo, nessa época, ela se combinou com uma promiscuidade permanente. A conjunção de uma sociabilidade tradicional e de uma consciência nova da família seria encontrada apenas em algumas famílias, famílias abastadas rurais ou urbanas, nobres ou plebéias, camponesas ou artesãos. As casas desses homens abastados tornaram-se centros de vida social, em torno das quais gravitava todo um pequeno mundo complexo e numeroso. Esse equilíbrio entre a família e a sociedade não iria resistir à evolução dos costumes, e aos novos progressos da intimidade.

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, a quem de uma zona cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que assegurava a independência dos cômodos fazendo-os abrir para um corredor de acesso. Mesmo quando os cômodos se comunicavam, não se era mais forçado a atravessá-los para passar de um ao outro. Já se disse que o conforto data dessa época: ele nasceu ao mesmo tempo que a intimidade, a discrição, e o isolamento, e foi uma das manifestações desses fenômenos. Não havia mais camas por toda a parte. As camas eram reservadas ao quarto de dormir, mobiliado de cada lado da alcova com armários e nichos onde se expunha um novo equipamento de toalete e de higiene. Na França e na Itália, a palavra *chambre* tendeu a se opor à palavra *salle* – antes, eram quase sinônimas; a *chambre* designava o cômodo onde se dormia, e a *salle*, o cômodo onde se recebia ou se comia: o *salon* e a *salle à manger*, a *caméra* e a *sala da pranza*. Na Inglaterra, a palavra *room* continuou a ser utilizada em todos os casos, mais foi especificada através de um prefixo: *dining-room*, *bed room* etc.

Essa especialização dos cômodos da habitação, surgida inicialmente entre a burguesia e a nobreza, foi certamente uma das maiores mudanças da vida quotidiana. Correspondeu a uma necessidade nova de isolamento. Nesses interiores mais fechados, os criados não saíam mais das áreas separadas que lhes eram determinadas – a não ser nas casas dos príncipes de sangue, onde persistiam os antigos hábitos. Sébastien Mercier registrou como uma inovação recente o hábito de as damas chamarem as criadas com campainhas. As campainhas eram então montadas de forma a que se pudessem acioná-las à distância – antes, elas mal eram capazes de chamar a atenção no pró-

prio cômodo onde soavam. Nada poderia ser mais característico dessa nova necessidade de manter os criados à distância e também de se defender contra os intrusos. No fim do século XVIII, não se usava mais ir à casa de um amigo ou sócio a qualquer hora, sem prevenir. As pessoas ou se visitavam nos dias de recepção, ou "enviavam-se reciprocamente cartões através dos criados". "O correio também se encarrega das visitas". "A caixa de correspondência" entrega os cartões e "nada é mais fácil, ninguém é visível, todos têm à decência de fechar sua porta." As novas maneiras propunham abandonar aquilo que antes era a ocupação mais natural, o meio de fazer avançar os negócios e de conservar a posição e os amigos. Outrora, vivia-se em público e em representação, e tudo era feito oralmente, através da conversação. Agora, separava-se melhor a vida mundana, a vida profissional e a vida privada: a cada uma era determinado um local apropriado como o quarto, o gabinete ou o salão.

O uso do cartão e do dia marcado não era um fenômeno isolado. Ele pertencia a todo um código novo de maneiras, que substituiu a antiga *hienséance*, a antiga etiqueta. Esta recebeu o nome moderno de polidez e orientou-se no mesmo sentido de proteção da liberdade e da intimidade individual ou familiar, contra a pressão social. As antigas boas maneiras eram uma arte de viver em público e em representação. A nova polidez obrigava à discrição e ao respeito pela intimidade alheia. A ênfase moral deslocara-se. Sébastien Mercier notou muito bem essa mudança: "O tom do século abreviou muito as cerimônias, e, hoje, praticamente só os provincianos são homens cerimoniais". As refeições também foram encurtadas: "A refeição é mais curta, e não é à mesa que se pode discutir em liberdade ou contar histórias engraçadas", é na sala, onde as pessoas se recolhem, no *drawing-room*. "Não se tem mais pressa em beber, não se atormenta mais os convivas para lhes provar que se sabe receber os amigos. Não se pede mais aos convidados que cantem (os concertos em volta da mesa ainda coberta de frutas do século XVI e XVII)." "Hoje se renunciou a esses hábitos tolos e ridículos tão familiares a nossos ancestrais, infelizes prosélitos de uma tradição embaraçosa e aborrecida a que eles chamavam *correta*." "Nem um minuto de descanso; discutia-se cerimoniosamente antes e durante a refeição, com uma teimosia pedante, e os entendidos em cerimônia aplaudiam esses combates pueris." "De todos os costumes antigos e triviais, o de saudar quando alguém espirra é o único que ainda subsiste em nossos dias." "Deixemos que o sapateiro e o alfaiate se dêem o abraço cerimonioso."

67 Sébastien Mercier, *Les Tableaux de Paris*, ed. Desnoitères, p. 194.

so, verdadeiro ou falso, que ainda era comum entre a boa sociedade há quarenta anos". "Hoje é apenas na casa do *pequeno-burguês* (é engraçado o emprego da expressão) que se usam cerimônias fastidiosas e maneiras inúteis e eternas, que ele ainda considera marcas de civilidade, e que fatigam sobremaneira as pessoas habituadas à boa sociedade."

A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluíam os criados, os clientes e os amigos. As cartas do General de Martange, escritas à sua mulher entre 1760 e 1780, permitem-nos avaliar os progressos de um sentimento da família que se havia despojado de todo arcaísmo e tornado idêntico ao do século XIX e início do século XX. A família deixara de ser silenciosa: tornara-se tagarela e invadira a correspondência das pessoas, bem como, sem dúvida, suas conversas e preocupações⁶⁸.

As antigas formas de tratamento como *Madame* desapareceram. Martange tratava sua mulher por "minha querida mamãe", ou "minha querida amiga", "minha querida criança", "minha querida menina". O marido dava à mulher o mesmo nome pelo qual a chamavam as crianças: mamãe. Suas cartas estão cheias de detalhes sobre as crianças, sua saúde e sua conduta. As crianças são designadas por diminutivos familiares: Minette e Coco. O uso mais difundido do diminutivo e do apelido correspondia a uma familiaridade maior, e, sobretudo, a uma necessidade de as pessoas se chamarem de uma forma diferente dos estranhos, de sublinhar por uma espécie de linguagem iniciática a solidariedade dos pais e dos filhos, e a distância que os separava de todos os demais.

Enquanto estava afastado, o pai se mantinha à par dos pequenos detalhes da vida quotidiana, que era levada muito a sério. Ele esperava as cartas de casa com impaciência: "Peço-te, minha boa menina, que me escrevas a toda hora duas palavras apenas". "Ralha um pouco, peço-te, com Mlle Minette pela pouca atenção que ela teve até agora de me escrever." Ele falava da alegria de seu encontro próximo com a família: "Anseio por me encontrar contigo em nosso pobre lar, e gostaria de não ter nenhuma outra preocupação além de arrumar teu quarto e tornar nossa estada cômoda e agradável." Vemos aqui já o gosto moderno pela intimidade, que opõe a casa, objeto de fervorosa manutenção, ao mundo exterior.

Nessa correspondência, as questões de saúde e de higiene ocupam um lugar importante. Até então, as pessoas preocupavam-se

68 *Correspondance inédite du général de Martange*, 1576-1782, ed. Breard, 1898.

com as doenças graves, mas não demonstravam essa solicitude constante, não se inquietavam com um resfriado ou uma pequena afecção passageira. A vida física não tinha tanta importância: "Ficaria extremamente infeliz se não tivesse notícias de tua saúde e da de minhas filhinhas". (...) "Embora o que me diz sobre a pouca saúde de que tu e minhas pobres filhas gozam não seja tão consolador como o desejo de o coração de um pai..." "Não estou muito tranquilo com o que me informas sobre a falta de apetite e as dores de nosso menino. Gostaria de te recomendar, minha filha querida, que tivesses à mão, tanto para ele como para Xavière, um pouco de mel de Narbonne, e que não deixes de esfregá-lo em suas gengivas quando eles sentirem dores." Eram as emoções dos pais no momento dos primeiros dentes: elas poderiam ter interessado algumas mulheres do tempo de Mme de Sévigné, mas não teriam recebido a honra de um lugar na correspondência de um oficial General. "O resfriado de minhas duas filhas me preocupa... Mas parece-me que enfim o tempo melhorou esta manhã." Discutia-se sobre a vacina antivariólica como hoje se discute sobre o B.C.G. "Deixo-te inteiramente responsável pela inoculação de Xavière, e quanto mais cedo melhor, já que todo o mundo está satisfeito com a inoculação." Ele aconselha a mulher a beber "água de Sedlitz" e "os sais do mesmo nome", limonada, e ainda a misturar na água um pouco de vinagre ou aguardente para prevenir o contágio das epidemias.

Uma de suas filhas casou-se na Alemanha. Numa carta à sua "querida e terna mãe", de 14 de janeiro de 1781, a moça explica seu longo silêncio: "Primeiro, os dois menores passaram dois meses com coqueluche, a tal ponto violenta, que sempre que tossiam ficavam roxos e o sangue saía de suas narinas aos borbotões. Depois dessa doença, a pequena (a caçula) e Xavière tiveram as febres mais fortes possíveis". Os médicos haviam condenado Xavière: "Esta pobre criança sofreu tudo o que é possível sofrer". No entanto, conseguiram salvá-la: "Graças ao Ser Supremo, todos três me foram devolvidos". Ninguém ousaria então consolar-se da perda de uma criança com a esperança de ter uma outra, como ainda se confessava um século antes. Esse pequeno ser era insubstituível, e sua perda irreparável. E a mãe encontrava sua alegria no meio de seus filhos, que não mais pertenciam a um meio intermediário entre o não ser e o ser: "A companhia de meus filhos é minha única delícia". Observamos aqui ao vivo a relação entre os progressos do sentimento da infância e os progressos da higiene, entre a preocupação com a criança e a preocupação com a saúde, outra forma dos laços que uniam as atitudes diante da vida às atitudes diante da morte.

Cuidava-se muito também da educação das crianças, e reconhecia-se sua importância: "Acima de tudo, recomendo-te não perder

um minuto na educação das crianças; dobra ou triplica as lições diárias, sobretudo para ensiná-las a ter boa postura, a andar e a comer" (persistência da antiga civilidade). As três crianças tinham um preceptor: "Que as três crianças façam bom proveito e que as duas meninas, sobretudo, aprendam a manter boa postura e a andar. Se M. H. souber fazer com que sejam graciosas, poderá se gabar de ser um mestre hábil".

Martange tinha problemas de dinheiro, e temia suas consequências: "A dor de não poder dar-lhes a educação que desejo fez-me passar por momentos cruéis de reflexão". Quaisquer que fossem as circunstâncias, era preciso não economizar a "paga dos mestres". Estamos longe aqui das lamentações dos moralistas dos anos 1660, que se queixavam de as pessoas não pagarem aos mestres por não se darem conta da importância de sua missão. "Se não tivesse mais nada, venderia minha última camisa para ver meus filhos no mesmo nível que as outras crianças de sua idade e de sua condição. Eles não devem vir ao mundo para nos humilhar com sua ignorância ou seu comportamento. Não penso em mais nada, minha querida amiga, além de refazer minha fortuna para assegurar a felicidade deles. Mas se eles quiserem fazer a minha, terão de se aplicar e aproveitar o tempo." Martange preocupava-se na época em que seus filhos foram vacinados, pois "o tempo gasto na inoculação seria perdido para os mestres". "Aproveita a estada na cidade para dar-lhes um pouco da educação que meus dissabores (de fortuna) até hoje nos impediram de lhes oferecer."

A saúde e a educação: a partir dessa época, seriam essas as duas principais preocupações dos pais. Não podemos deixar de nos surpreender com o tom extremamente moderno dessa correspondência. Apesar dos dois séculos que nos separaram dela, ela está mais próxima de nós do que de Mme de Sévigné, que vivera apenas um século antes. Em Mme de Sévigné, ao lado da solicitude natural de uma boa avó, o que aparece acima de tudo, em todos os momentos de sua vida, é uma curiosidade divertida pelas fantasias da infância, aquilo a que chamei acima primeiro sentimento da infância, a "paparicação". Esse sentimento está quase inteiramente ausente em Martange. Ele leva tudo muito a sério. É já a gravidade do século XIX, aplicada tanto às pequenas coisas como às grandes, a gravidade vitoriana. No século XVII, quando não era objeto de distração, a criança era o instrumento de uma especulação matrimonial e profissional, destinada a promover um avanço da família na sociedade. Em Martange, essa preocupação passa para o segundo plano: sua preocupação com a educação parece muito mais desinteressada. As crianças tal como são e a família tal como é, com suas dores e alegrias quotidianas, emergiram de uma rotina elementar para atingir as zonas mais luminosas da

consciência. Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna.

Uma das marcas mais características dessa família é a preocupação de igualdade entre os filhos. Vimos que os moralistas do século XVII defendiam muito timidamente essa igualdade, sobretudo porque o favorecimento dos privilegiados fazia com que os mais moços corressem o risco de falsas vocações religiosas, mas também porque eles estavam adiantados para sua época e pressentiam as condições futuras da vida familiar. Ao lê-los, vimos como eles tinham a consciência de estar contrariando a opinião comum. Mas de agora em diante, a partir do fim do século XVIII, a desigualdade entre os filhos de uma mesma família seria considerada uma injustiça intolerável. Foram os costumes – e não o código civil ou a Revolução – que suprimiram o direito de primogenitura. As famílias francesas o recusaram quando os ultras da Revolução o restauraram, inspirados numa nova concepção da família, que eles erroneamente atribuíam ao *Ancien Régime*: “Em 20 famílias abastadas, escreveu Villèle a Polignac em 31 de outubro de 1824”, mal haverá uma onde se ponha em prática a faculdade de beneficiar o filho mais velho ou qualquer outro. Os laços da subordinação estão de tal forma frouxos em toda a parte, que, dentro da família, o pai se crê obrigado a agradar aos filhos.”

Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais, lugar este a que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiada a estranhos. Essa volta das crianças ao lar foi um grande acontecimento: ela deu à família do século XVII sua principal característica, que a distinguiu das famílias medievais. A criança tornou-se um elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Ela não era ainda o pivô de todo o sistema, mas tornara-se uma personagem muito mais consistente. Essa família do século XVII, entretanto, não era a família moderna: distinguia-se desta pela enorme massa de sociabilidade que conservava. Onde ela existia, ou seja, nas grandes casas, ela era um centro de relações sociais, a capital de uma pequena sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe de família.

69 Fourcassié, Villèle, 1954.

A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família.

Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais. O sentimento da casa, do *chez soi*, do *home*, não existia para eles. O sentimento da casa é uma outra face do sentimento da família. A partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentimento da família modificou-se muito pouco. Ele permaneceu o mesmo que observamos nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII. Por outro lado, ele se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais. Na Inglaterra do fim do século XVIII, Ashton constatou os progressos da vida familiar: “Os trabalhadores agrícolas tenderam a se instalar numa casa própria, em lugar de morar na casa de seus empregadores, e o declínio da aprendizagem na indústria têxtil permitiu casamentos mais precoces e famílias mais numerosas”. O casamento tardio, a precocidade do trabalho, os problemas habitacionais, a mobilidade do estágio do auxiliar junto ao mestre, a persistência das tradições de aprendizagem – todos esses fatores constituíram obstáculos ao modo ideal de vida familiar burguesa, obstáculos que a evolução dos costumes pouco a pouco removeria. A vida familiar estendeu-se a quase toda a sociedade, a tal ponto que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa.”

70 J. Ashton, *La Révolution industrielle*, p. 173.

71 H. Bergues, Ph. Ariès, E. Hélin, L. Henry, M. Riquet, A. Sauvy, J. Sutter, *La Pré-vention des naissances dans la famille, ses origines dans les temps modernes*, Institut National d'Etudes Démographiques, Cahier n° 35, 1960. Cf. também R. Prigent, *Renouveau des idées sur la famille*, I.N.E.D., n° 18, 1954.